

**«FUNDIFRAN: 50 ANOS DE LUTA E RESISTÊNCIA EM DEFESA DO
DIREITO À TERRA, ÁGUA E EMANCIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS».**



**RESISTÊNCIA, LUTA E CONQUISTAS
DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS
DE FUNDOS DE PASTO
DO TERRITÓRIO VELHO CHICO**



Dermeval Gervásio de Oliveira
Isabel de Jesus Souza
Cléber Eduão Ferreira
(Organizadores)

**RESISTÊNCIA, LUTA E CONQUISTAS
DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS
DE FUNDOS DE PASTO
DO TERRITÓRIO VELHO CHICO**

Ibotirama, BA
1ª Edição
2022

FICHA TÉCNICA:

FUNDIFRAN - Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco
Rua Alcebíades Quinteiro, 432 - Centro - CEP: 47.520-000, Ibotirama - BA.
fundifran50anos@gmail.com | fundifran.wixsite.com/fundifran

Diretoria:

Clidenor José dos Santos (Diretor-Presidente)
Taciana de Oliveira Carvalho de Araújo (Diretora Financeira)
Dermeval Gervásio de Oliveira (Diretor Operacional)

Organização:

Dermeval Gervásio de Oliveira, Isabel de Jesus Souza, Cléber Eduão Ferreira

Autores(as):

Jonas Paulo de Oliveira Neres
Thierry De Burghgrave
Nilza Francisca Vieira
Dermeval Gervásio de Oliveira

Revisão Ortográfica:

Júlio Ernesto Souza de Oliveira

Foto da Capa:

Arquivo da FUNDIFRAN

Arte da Contracapa:

Pita Paiva

Diagramação:

Cléber Eduão Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Oliveira, Dermeval Gervásio; Souza, Isabel de Jesus; Ferreira, Cléber Eduão (Organizadores)

Resistência, Luta e Conquistas das Comunidades Tradicionais de Fundos de Pasto do Território Velho Chico, Ibotirama, BA : Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco - FUNDIFRAN, 2022 (Coletânea 50 Anos FUNDIFRAN, Volume 2).

ISBN: 978-65-00-45888-6

1. História regional 1. História de outras regiões

CDD-990

*No início da década de setenta
Sob as leis cruéis da ditadura
A região do Médio São Francisco
Vivia nas mãos da desventura
Mesmo o povo vestido de bravura
Não tinha acesso a quase nada
A FUNDIFRAN nasceu como morada
De lutas contra a opressão
D. Thiago talhou essa missão
Em cada percurso da jornada.*

Cléber Eduão

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO | 07

INTRODUÇÃO | 09

RESISTÊNCIA E LUTA PELA CRIAÇÃO DO BODE SOLTO | 14
(Relatório Técnico da FUNDIFRAN)

PUBLICAÇÕES DA ÉPOCA NO INFORMATIVO | 30
(O SAL DA TERRA)

PAPEL DA FUNDIFRAN NO APOIO ÀS COMUNIDADES | 33
DE FUNDO DE PASTO *(Thierry De Burghgrave)*

LUTA DO BODE SOLTO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS | 49
DE FUNDO DE PASTO DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS
E BROTAS DE MACAÚBAS *(Nilza Francisca Vieira)*

LUTAS E CONQUISTAS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS | 62
DE FUNDO DE PASTO DO TERRITÓRIO VELHO CHICO
(Dermeval Gervásio de Oliveira)

CONSIDERAÇÕES FINAIS | 91

APRESENTAÇÃO

A **“Coleção 50 Anos da FUNDIFRAN”** traz vários volumes, com o objetivo de registrar as ações históricas da Entidade ao longo de seus 50 anos de trajetória a favor dos camponeses e camponesas da reforma agrária, dos fundos de pastos, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e dos agricultores e agricultoras familiares do Médio São Francisco, Bahia.

Este volume é dedicado às **Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto dos municípios de Oliveira dos Brejinhos e de Brotas de Macaúbas**, buscando fazer um registro da resistência e luta pela terra destas comunidades e, especialmente, do seu modo de vida na região Semiárida.

Os escritos que se seguem são registros feitos por lideranças locais e pessoas que viveram todo o processo reivindicatório destas comunidades de “Fundo de Pastos” ao longo de 40 anos de luta e resistência da população. Neste sentido, a diretoria da FUNDIFRAN agradece as pessoas que colaboraram com depoimentos e registros históricos, contribuindo desta forma para manter viva a luta dos camponeses e camponesas nesta região da Bahia.

Ressalta-se que os escritos contidos neste volume, trazem como recorte histórico o processo inicial da luta pelo “bode solto”, o registro de alguns momentos relevantes nesta luta, a organização das comunidades até 2021, ano impactado pela Pandemia do Coronavírus (Covid-19).

Portanto, a intenção da FUNDIFRAN é de trazer alguns registros e reflexões sobre o modo de vida destas comunidades e as ações da entidade neste contexto, de modo que não caia no esquecimento histórico. Ressalta-se que este documento não é um trabalho conclusivo, entretanto, nos permite dispor de um referencial histórico.



INTRODUÇÃO

Jonas Paulo de Oliveira Neres

A FUNDIFRAN foi fundada no início dos anos 1970, no auge dos anos de chumbo, durante um momento crítico na região do Médio São Francisco, na Bahia, onde ela se instalava como entidade de educação popular e de promoção o desenvolvimento econômico social e cultural das comunidades ribeirinhas caatingueiras e das ilhas da região. Com o impulso inicial da Diocese da Barra, sempre viveu com a sombra de um fato marcante na região com repercussão nacional que foi o desbaratamento pelas forças militares da ditadura de um núcleo de guerrilha rural que tentava se gestar e que foi dizimado com a execução do Capitão Lamarca e seus companheiros da família Barreto, o que impactou fortemente a região pela forma violenta e desproporcional que as tropas se instalaram, impondo o medo e o terror de forma muito mais acintosa e intensiva do que um possível núcleo subversivo que diziam ameaçar a paz e as famílias do lugar.

Esse quadro vivido até o final de 1971 permaneceu vivo nas mentes e na memória de todos, e na medida que o trabalho comunitário da FUNDIFRAN avançava mais, a dúvida pairava nas cabeças do povo simples cristão, pois o que sabia de perseguição era a praticada contra Cristo e aos primeiros cristãos, como está nas escrituras que os mais letrados sabem de cor e salteado.

No contexto da abertura democrática e a ascensão das lutas por direitos e pela posse da terra, registram-se, do fim dos anos 70 e início dos anos 80, alguns eventos marcantes, tais como: os conflitos de Retiro da Picada na divisa de Morpará e Xique-Xique; Barro Vermelho e Canabrava do Asfalto; a Fazenda Quixaba; e a expulsão violenta dos posseiros do Pé da Serra para o curral da Fazenda Pixaim. Todos esses conflitos desembocaram na FUNDIFRAN, os únicos braços e ouvidos abertos para os pobres naquele período.

Integrei-me a esse processo no início dos anos 80 na Equipe de Ibotirama, onde estava a maioria dos conflitos; a FUNDIFRAN tinha a sede central na cidade da Barra, onde dispunha outra equipe técnica, como também em Xique-Xique. A comunicação entre nós era por rádio amador ou nas reuniões periódicas em que transitávamos entre as equipes de Jeep Toyota ou barcos rabetas, que eram nossos meios de transporte para visitar as comunidades.

Além da Presidência rotativa e do Secretário Executivo (o francês radicado na região Stephane Latarjet), nós tínhamos um assessor qualificado e experiente, o sociólogo e advogado José Edvanir, que estava sempre nas elaborações, avaliações e planejamentos, dialogando conosco e com os trabalhadores.

Na Diocese tínhamos a parceria do Bispo Dom Orlando Dotti, coordenador da Linha 6 da CNBB Pastoral Social, apesar da integração não ser completo com os padres e freiras. Em Ibotirama havia sintonia entre a Equipe Técnica com o Pároco Padre Joseph Bepp, assim as ações de resistência nas comunidades de posseiros aconteciam com dinamismo nos moldes da pastoral da terra.

Os conflitos de posse da terra na região foram estimulados pela política de expansão da fronteira agrícola em direção ao Oeste, com crédito fácil da SUDENE, assentado na produção cartorial de uma autêntica indústria de escrituras, que transformava pequenas áreas de posse em latifúndios, sempre da Serra até o Rio. Desalojavam famílias posseiras com cadeias sucessórias centenárias, com igrejas, cemitérios, estradas, currais, mais a Justiça e a Polícia validando as "novas propriedades", que além de invadir as áreas e comunidades de posseiros e cercarem com arame as famílias dentro de suas casas com roças, currais e animais, ainda propunham Ações Possessórias nas Comarcas. E aí imperava a "lei dos quatro fios" e o sacrossanto "direito a propriedade", sustentado pelo comércio de liminares que lhes assegurava a força policial e os capangas para retirarem os posseiros, derrubando as casas e benefícios,

aterrando fontes d'água, ateando fogo, prendendo os posseiros, quando não os afugentavam com tratores e tiros, deixando sempre um rastro de violência, fogo, terror e até de dezenas de mortes, configurando um cenário de "terra sem lei".

Os posseiros aterrorizados sem ter a quem recorrer buscavam a Igreja católica, afinal sabiam ser "a terra um dom de Deus", ou aos sindicatos de trabalhadores rurais, onde havia o "FUNRURAL". A violência desmedida despertou um posicionamento da Igreja, principalmente na Diocese da Barra com Dom Orlando Dotti, coordenador da pastoral social da CNBB, que se destacou na região, e a pressão e o clamor dos posseiros provocou uma mobilização da base sindical que desalojou os "pelegos" e colocou dirigentes mais identificados com as lutas dos posseiros.

E aí que a FUNDIFRAN, que se identificava como o serviço social da Diocese, se posiciona cada vez mais próxima dos posseiros, pois as áreas em que fazia a educação popular e a organização dos agricultores também passaram a ser alvo da grilagem. Nesse sentido, se estrutura uma rede de resistência com a Igreja e os Sindicatos, que além da defesa da luta dos posseiros somam-se às milhares de famílias vítimas das cheias artificiais do Rio São Francisco, provocadas pela implantação da Barragem de Sobradinho com o "trânsito da água" de Três Marias para abastecer as turbinas de Sobradinho, dizimando casas, roças e animais nas produtivas ilhas e comunidades ribeirinhas. Além de desalojarem as famílias, acabaram com as lagoas marginais e com os regimes de plantio e pesca no trecho do Médio São Francisco.

Crescem os Sindicatos e as Colônias de Pescadores, e com elas as Lutas de resistência dos posseiros e ribeirinhos. Foi constituído o Pólo Sindical de Ibotirama, envolvendo as novas direções sindicais de Ibotirama, Oliveira dos Brejinhos, Brotas de Macaúbas, Morpará, Paratinga e Bom Jesus da Lapa, com educação sindical e assistência jurídica. A FUNDIFRAN foi o esteio dessa iniciativa e a Igreja trouxe o apoio institucional eclesástico.

A partir daí foram lutas memoráveis com passeatas, missas campais, vias-sacras nas ruas, vigílias, mutirões, muita solidariedade e resposta popular. As autoridades judiciárias e policiais que aliadas a grileiros e capangas viram um contraponto, e a resistência que ganhou simpatia das populações urbanas que assistiam também a redemocratização do país ir dando seus passos, fragilizando a ditadura militar que começava a agonizar.

A luta avança e toma contornos mais abrangentes, e do Retiro da Picada a Canabrava/Barro Vermelho, vai para Quixaba Escurial/Toca da Onça, Araci, Morrinhos, Ponta da Serra, Sítio do Coqueiro, Bonito/6 Tiros, Três Morros, Boa Vista do Procópio, Riacho dos Porcos, Ilha da Canabrava e chega a Rio das Rãs. Aí já havia uma articulação da CPT da Diocese de Lapa com a FUNDIFRAN e o núcleo CPT da Barra. Nessa toada de lutas e resistência surge a "luta pelo bode solto" na caatinga de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas, onde a FUNDIFRAN e a STR tiveram papel decisivo e que movimentou toda a região de Queimada Nova, Várzea Alegre e Pé do Morro na luta pela gestão coletiva das áreas secas e carrascosas de pastoreio de caprinos e ovinos, e repercutiu fortemente na região e no Estado, assumindo o pioneirismo de uma nova caracterização do domínio sobre a terra que é o "Fundo de Pasto", conquista que permanece até hoje.

Não poderíamos deixar de registrar que durante toda essa luta ocorreram muitas prisões de lavradores, despejos violentos com rastro de fogo e balas, e dezenas de vítimas fatais que referenciamos as suas memórias como mártires da luta pela terra na região, onde simbolizamos na FUNDIFRAN o educador popular e dirigente da Entidade, o inesquecível Josael de Lima (o Jota), com quem me orgulho de ter partilhado a caminhada e todos os riscos com coragem e fé inabalável.

Jonas Paulo de Oliveira Neres, Sociólogo, Carioca, ex-técnico da FUNDIFRAN, Ex-Superintendente da CODEVASF – 2ª SR – Bom Jesus da Lapa e atua na Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado da Bahia.



RESISTÊNCIA E LUTA PELA CRIAÇÃO DO BODE SOLTO

Relatório Técnico da FUNDIFRAN

ASPECTOS GERAIS

Aspectos Geográficos e Edáficos

O Município de Oliveira dos Brejinhos, onde se desenrola a chamada “luta pela criação do bode solto” ou simplesmente “Luta do Bode”, localiza-se na parte Oeste do Estado da Bahia, compreendendo terras que se encontram na Bacia do São Francisco, sendo considerada dentro da classificação do IBGE, como pertencente à Micro Região Homogênea da Chapada Diamantina Meridional. O clima é quente, com o período de seca e outro de estação chuvosa bem definida (geralmente chove de novembro e abril/maio, o resto do ano é seco). A precipitação pluviométrica é em torno de 600 a 800 milímetros anuais, ainda assim mal distribuídos.

O Município não conta com nenhum rio permanente, sendo que o abastecimento d' água para consumo humano e para as criações é feito através de pequenos açudes, poços e cacimbas, salvo quando se tem a sorte de morar perto de algum raro manancial que desce da serra. Embora existam solos argilosos, há predominância de solos silicosos e sílico-argilosos, sendo que em muitos locais nota-se, na superfície e a existência de cascalho, pedregulhos e formação de cristais, locais esses impróprios para a atividade agrícola.

A vegetação predominante é a caatinga rala, ocorrendo campinas em locais de baixada e pequenas florestas de palmáceas em alguns boqueirões entre as serras.

O Município de Oliveira dos Brejinhos, pela sua própria dimensão, localização e outros fatores, não pode ser considerado uniforme em nenhuma das características já descritas, havendo variações de um local para o outro.

Ressaltamos que a área das cinco comunidades pioneiras na Luta do Bode (Boa Sorte, Várzea Alegre, Várzea da Pedra, Queimada Nova e Pé do Morro) situam-se entre as mais castigadas pela seca, e onde os solos são menos propícios para a agricultura, como veremos a diante.

Aspectos econômicos

Ninguém melhor que o caboclo de lá para definir o problema econômico, quando diz: “O certo daqui é a criação miúda: o bode, o carneiro, o porco. Caminhão de arroz, de feijão, nunca saiu daqui. Caminhão de bode sai”. De fato, no Censo Agropecuário de 1975, vamos encontrar dados mostrando que a atividade pecuária foi mais rentável que a agricultura. (V. Quadro)

Quadro 1: Município de Oliveira dos Brejinhos (BA). Resultado da Atividade Agrícola e Pecuária.

Atividade	Nº de Estabelecimentos	%	Faturamento	%
Agricultura	2.328	77	Cr\$ 4.127.000	44
Pecuária	709	23	Cr\$ 5.367.000	56
Total	3.037	100	Cr\$ 9.494.000	10

Fonte: CENSO, 1975

Na verdade a atividade agrícola nessa região é uma verdadeira “loteria”. É um grande risco. Mesmo assim a quase totalidade dos criadores de animais de pequeno porte, também planta lavoura de subsistência (feijão, arroz, milho, mandioca) e muitos deles tem algumas cabeças de gado bovino. Mas sempre dizem: “O garantido é o bode, porque sabe se virar. Quanto mais o tempo endurece mais ele engorda”.

Numa escala em ordem crescente de importância econômica vimos:

1° A lavoura

2° A pecuária de modo geral

3° A pecuária de pequeno porte (bode, carneiro, porco)

4° O bode

5° O bode solto (criação extensiva)

É simples de entender isso, quando lembramos do índice pluviométrico da região e quando sabemos que o bode é capaz de passar dias sem beber água, alimentando-se de folhas das plantas nativas, casca de madeira e o que mais encontrar.

Já o bode criado preso necessita de uma ração de alimento todos os dias e o sertanejo nem sempre tem para lhe dar.

Quanto ao carneiro, o porco e o boi, são pouco resistentes à seca, sendo muito grande o número que morre por falta d' água nos anos mais críticos de estiagem.

Não queremos afirmar que seja válido para toda a área do Município de Oliveira dos Brejinhos, mas pelo menos na área das 5 comunidades de que já falamos e em outras que também criam animais de pequeno porte, a criação solta é uma questão de vida ou morte. Simplesmente por que obrigar a criar preso, é decretar a extinção dos animais. E acabar com os animais é condenar todo o povo daquelas localidades a emigrar, pedir esmola ou morrer de fome.

Para ilustrar, vamos mostrar alguns dados de um levantamento feito pelos próprios criadores, na área das 5 comunidades, em setembro de 1984:

Quadro 2: Cálculo comparativo do valor dos animais descartados nos últimos 3 anos e o valor da produção Agrícola no período

Valor dos animais descartados (*)

Pecuária	Unidade / Cabeças	Valor Unitário (Cr\$)	Valor Total (Cr\$)
Caprinos	17.267	25.000	431.675.000
Ovinos	6.218	28.000	174.104.000
Suínos	6.501	45.000	294.545.000
Total			898.324.000

Fonte: FUNDIFRAN

Valor da produção agrícola (**)



Agricultura	Unidade / Sacos	Valor Unitário (Cr\$)	Valor Total (Cr\$)
Feijão de Corda	3.242	42.500	137.785.000
Milho	423	18.000	7.614.000
Arroz	94	21.500	2.021.000
Farinha de Mandioca	955	30.000	28.650.000
Total			176.070.000

Fonte: FUNDIFRAN

(*)..(**) Preços da feira da Queimada Nova, em 08/09/84.

Diferença entre o valor dos animais descartados e a produção agrícola (em Cr\$):

Valor dos animais 898.324.000

Valor da Produção agrícola 176.070.000

Diferença..... **722.254.000**

O faturamento total da produção agrícola equivale a 19,60% do faturamento total da pecuária de pequenos animais, ou seja: o faturamento com a pecuária na micro região soma-se um pouco mais de 5 vezes do faturamento agrícola, razão esta que tem garantido a permanência e resistência das famílias de Agricultores nesta região Semiárida.

Aspectos Sociais

As 5 comunidades que estão engajadas na luta do bode, são pequenos povoados providos de igreja, escola primária e 2 deles tem centros comunitários. No maior desses povoados (Queimada Nova), localizada na BR-242, importante rodovia federal que liga o Estado da Bahia ao Distrito Federal, tem feira aos sábados e é o centro comercial mais importante num raio de 25 km.

Os dados que dispomos a respeito da população dessas comunidades referem-se apenas ao pessoal envolvido com a criação de pequeno porte. As pessoas que tem outras atividades não estão computadas.

Quadro 3: População das 5 Comunidades Pesquisadas

Comunidades	Nº de Famílias	Número de Pessoas
Boa Sorte	51	229
Pé do Morro	120	669
Queimada Nova	79	474
Várzea Alegre	109	586
Várzea da Pedra	56	514
Total		2.472

Fonte: FUNDIFRAN

O nível de vida dessas populações, embora não seja o desejado, é sensivelmente melhor que o das comunidades da mesma região e do mesmo município, que deixaram de criar o bode. Em todas as 5 existem Comunidades Eclesiais de Base pertencentes à Paróquia Nossa de Brotas (Brotas de Macaúbas). Nessa região é muito comum o trabalho em mutirão. A grande maioria do pessoal participa ativamente do Sindicato, inclusive em Queimada Nova há uma Delegacia Sindical.

Aspectos Culturais

Essas comunidades vêm sendo trabalhadas há aproximadamente 15 anos pela Equipe Paroquial de Brotas de Macaúbas e SEDEC (Serviço de Desenvolvimento de Comunidade), entidade mantenedora da Escola Comunidade Rural, também de Brotas. São CEB's das mais desenvolvidas da região. Seus membros, principalmente suas lideranças, tem uma prática de vida voltada para o bem comum, tem habilidade para dirigir reuniões e participar de debates e reflexões, bem como tem formas próprias de organização e registro das suas lutas.

A despeito de terem sido trabalhadas há tanto tempo pela Paróquia, tem uma postura de independência para com esta, participando ativamente das suas programações, mas nunca dependendo dela na tomada de decisões. O índice de alfabetização está acima da média do Município e as pessoas cultivam o hábito de ler.

Aspectos Políticos

O Município em foco reproduz fielmente o sistema de “currais eleitorais”, tão conhecido no Nordeste, onde as oligarquias locais mandam no prefeito, no delegado, no subdelegado, nos vereadores e cabos eleitorais, e esses por sua vez mandam no povo. Apesar dessa tradição altamente negativa, o pessoal já começa a compreender melhor o jogo do poder e a se organizar, ainda que de forma incipiente, em partidos de oposição.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que tem aproximadamente 10 anos de fundado, teve como presidente fundador um político “profissional”, que durante seu período de gestão nada mais fez do que prometer médico e dentista aos associados. Felizmente esse presidente foi deposto, e a diretoria que hoje está assumindo o STR está fazendo um bom trabalho, inclusive com muita influência na Luta do Bode, como veremos adiante.

Aspectos Jurídicos

Um dado interessante para quem não conhece de perto a região, é que ali sempre se criou o bode solto, baseado na “LEI DO COSTUME”, ou seja, quem vai plantar a roça é quem tem de protegê-la com cercas especiais (rodapé) para que os animais não destruam a lavoura. Essa Lei do Costume, para usar a expressão de um criador lá do município de Uauá: “vem desde o começo do mundo”.

Acontece, porém, que o Código Civil Brasileiro, que é bem mais recente que a tradicional “Lei do Costume”, diz no seu Artigo 588, § 3º exatamente o contrário: “A obrigação de cercar as propriedades para deter nos seus limites aves domésticas e animais, tais como cabritos, porcos e carneiros, que exigem tapumes especiais, cabe exclusivamente aos proprietários e detentores”.

Esse artigo, chamado vulgarmente de “Lei dos quatro fios”, permite que o proprietário faça a cerca de sua roça com apenas 4 fios de arame (que o bode não respeita) e com isso o dono do animal é obrigado a mantê-lo preso, o que é praticamente impossível nas condições locais, como já vimos.

Essa lei, que com certeza não foi proposta nem sancionada por nenhum criador de bode, veio encurtar a possibilidade de sobrevivência para os pobres camponeses das regiões semiáridas.

É nesse confronto entre a lei do costume e a lei dos 4 fios; no choque entre a sobrevivência e a ganância, que consiste a luta do bode.

A LUTA PELO BODE SOLTO

Tentativa de acabar com a criação

Todo mundo na região criava seus animais baseados na Lei do Costume, cada um respeitando o direito do outro, e como eles mesmos dizem, dificilmente havia um conflito entre vizinhos por causa da criação.

Em 1981, com a chegada à Comarca, de um Juiz de Direito antipopular e comprometido com os capitalistas, as coisas mudaram, porque baseado na “Lei dos 4 fios” ele baixou um edital obrigando que se prendesse todos os animais de pequeno porte “sob as penas da lei”, etc.

A maioria do povo assombrou. Devido à inviabilidade, por várias razões, de se prender os animais em chiqueiros, muitos começaram a vender logo tudo: bode, carneiro, porco... vieram compradores de fora. Eles vendiam os animais adultos e davam os pequenos de presente aos compradores.

A notícia da repressão ao criatório de animais soltos, logo se alastrou até Morpará, Brotas, Ipupiara e outros municípios. Aqueles criadores mais conscientes e mais firmes não se assombraram, tentaram manter os animais sob controle durante algum tempo, chegaram a diminuir o plantel, mas não acabaram. Os outros venderam, acabaram com tudo. Em Morpará (município vizinho a Oliveira dos Brejinhos) tem pessoas que até hoje choram porque acabaram com a criação e ficaram na miséria.

Uma das “ilhas de resistência” é justamente a área dessas 5 comunidades de Oliveira dos Brejinhos, que por ter um nível de organização maior, vem conseguindo manter seus rebanhos.

A reunião do “Arroz” e suas consequências

De 1982 para 1983, com o incremento do crédito para a lavoura e a consequente proliferação das cercas de 4 fios, aumentou bastante o número de desentendimentos entre o pessoal a favor e o pessoal contra o bode solto. Isso veio a originar uma reunião com criadores, o Juiz de Comarca de Brotas (outro Juiz), o Advogado do Sindicato e o Prefeito de Oliveira dos Brejinhos.

Essa reunião ocorreu no dia 23/11/83 no local chamado “Arroz”, próximo à Comunidade de Pé do Morro e ficou conhecida como a “reunião do Arroz”, e foi um marco importante na luta do bode.

Como consequência dessa reunião – que está narrada com detalhes no apêndice (penúltima página deste trabalho), dois pontos importantes ficaram evidenciados:

1° Que a união do povo demonstrada na presença maciça e na postura firme, fez com que o Juiz começasse a mudar o conceito corrente nos meios forenses, de que o certo era a Lei dos 4 fios (caso contrário ele teria ratificado o edital do seu antecessor, que proibia a criação solta).

2° Que o edital baixado pelo Prefeito de Oliveira dos Brejinhos alguns dias após a referida reunião, “recomendando” a criação de bode solto, mesmo revestido de intenções políticas, veio a criar uma situação nova no contexto da região, sendo que a partir daí os criadores subiram alguns pontos aos olhos da opinião pública local – fato este, que se não acrescentou muita coisa sob o ponto de vista objetivo, pelo menos deu mais ânimo ao pessoal para continuar lutando.

A aposta na via judicial

Respaldados no edital do Prefeito de Oliveira dos Brejinhos, que apenas “recomendava” a criação solta, alguns criadores mais afoitos estavam pensando em ir à justiça e mostrar que a Lei do Costume era mais forte que a Lei dos 4 fios, achando que dessa forma ficariam definitivamente resolvidos todos os problemas referentes à criação.

A essa altura estavam impunes algumas pessoas que haviam matado ou espancado criações que entraram em suas roças. E já que o Polo Sindical dispunha de um advogado, o negócio era entrar com uma série de ações judiciais e pronto.

Esse foi um momento bastante difícil e um tanto quanto decisivo para o bom andamento da luta. E foi justamente nessa fase que a FUNDIFRAN (Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco), a convite do pessoal, começou a participar diretamente na luta, apoiando e assessorando as comunidades.

Em junho de 1984, numa reunião do Polo Sindical em Ibotirama, onde estavam presentes sindicalistas, criadores e assessores, quando se discutiu bastante sobre isso, sem chegar a um consenso, ficou marcada uma outra reunião na comunidade de Várzea Alegre para ver se o caso seria apostar na Justiça como salvação, ou investir num trabalho mais amplo de organização e conscientização a respeito do problema, sob todos os aspectos.

A Reunião de Várzea Alegre

Conforme marcado no mês anterior, em julho de 1984 houve a reunião, com a presença de mais de 500 criadores, companheiros de 5 Sindicatos e assessores. Foi feita uma profunda reflexão sobre alguns aspectos políticos, jurídicos e metodológicos da questão do bode, ficando claro que era preciso uma melhor forma de articulação entre as 5 comunidades, e que o encaminhamento judicial é uma etapa do processo, tem o seu momento oportuno, e não pode, nem deve ser em si, a solução.

As Comissões Comunitárias

Depois dessa reunião com esse grande número de criadores das 5 comunidades, fizemos uma reunião menor com as lideranças e foram criadas 5 comissões comunitárias, com 5 membros cada, responsáveis pela articulação, organização e animação da luta.

O levantamento

Em reuniões posteriores com as comissões, foi verificado que os criadores não sabiam ao menos quantos eles eram, quantos animais possuíam, qual a produção da lavoura, quantos eram a favor e quantos eram contra o bode solto, etc.

Como encaminhar a luta sem esses dados básicos? Decidiu-se então fazer um levantamento, que foi assessorado por nós, coordenado pelas comissões e realizado pelas comissões mais alguns voluntários. Ficou concluído em outubro de 1984, e embora seja um tanto empírico, vem servindo os objetivos que se propõe.

O Povo construiu a justiça

Esse trabalho de esclarecimento ao povo da região teve continuidade através de reuniões, encontros, publicações de artigos e notas no boletim “O SAL DA TERRA”.

Em janeiro de 1985 ocorreu um fato muito importante na Comunidade de Várzea Alegre, que veio a mostrar que o povo já estava começando a desmistificar a Justiça e a fazer a sua própria justiça e de forma não violenta.

A visita do Secretário da Agricultura em Oliveira dos Brejinhos

Depois de feito o levantamento, continuaram as reflexões em torno do movimento, amadurecendo ideias de possíveis encaminhamentos. Quando estávamos nessa fase, um fato novo veio a precipitar de certa forma o andamento das coisas: a vinda do Secretário de Agricultura à cidade de Oliveira dos Brejinhos (numa missão de nítidos interesses políticos, diga-se de passagem).

O pessoal soube dessa vinda poucos dias antes, de forma que só foi possível reunir as comissões. Não deu para avisar a todos.

As comissões comunitárias em reunião decidiram que não iriam pedir nada ao Secretário, já que ele iria estar cercado de vários Prefeitos da região, Deputados, etc., todos querendo lucrar politicamente. Todavia iriam fazer-se representar e pedir uma audiência ao Secretário no gabinete dele em Salvador, no período de um mês. E assim foi feito. Isso ocorreu em 6 de março de 1985.

A excursão ao Município de Uauá

No seu discurso em Oliveira dos Brejinhos, no dia 06/03/85, o Secretário de Agricultura declarou que o problema do Bode estava resolvido, era fazer como fez em Uauá (Município do Nordeste da Bahia, de grande destaque na caprinocultura).

Os camponeses ficaram meio duvidosos porque não conheciam Uauá, tampouco conheciam o Secretário. Desejaram então conhecer o Município de Uauá para ficarem sabendo melhor das coisas.

Fizemos ainda no mesmo mês, uma excursão ao Município de Uauá, com um representante de cada comissão, sendo que todas as comunidades envolvidas ajudaram nas despesas.

Da viagem a Uauá o que ficou de experiência mais marcante foi a visita a alguns “Fundos de Pasto” (sistema alternativo de criação solta, baseado na tradição da Região e com algumas inovações introduzidas por técnicos do INTERBA e SEPLANTEC).

Constatamos também, com criadores e os próprios técnicos, que o problema do Bode em Uauá não estava resolvido, embora houvesse uma iniciativa oficial neste sentido.

O Documento Reivindicatório

Em 04/04/85 foi concluído um documento reivindicatório endereçado ao Secretário da Agricultura, com cópias para o Secretário de Planejamento, diretor executivo da CAR e o presidente do INTERBA. Esse documento foi assinado por mais de 500 criadores e mostra alguns dados da realidade local, que foram colhidos no levantamento (inclusive produção agrícola comparada com a pecuária de pequeno porte).

Nesse documento diz que 95,3% da população são favoráveis à criação do bode solto e traz as seguintes reivindicações:

- a) “Liberdade para criar os animais soltos”.
- b) “Estabelecer uma forma de solução jurídica, que permita conciliar os nossos interesses e os interesses daqueles que são contra a criação solta, e de forma a não haver conflitos”.
- c) “Procurar melhorar a produtividade dos nossos rebanhos, mas através de técnicas alternativas e sem muitas inovações ou adoção dos chamados pacotes tecnológicos”.
- d) “Promover o estudo da questão ecológica, inclusive visando a realização de um programa de plantio e replantio de essências florestais, nativas ou não, que venham a assegurar o equilíbrio e a manutenção de uma oferta constante de pasto nativo para os animais no futuro”.

Entrega do Documento em Salvador

Na mesma semana em que foi elaborado, o documento foi entregue aos seus destinatários por uma comissão composta de 6 representantes das comunidades.

Naquela oportunidade, o porta-voz do grupo disse aos Técnicos do Governo que eles queriam os Técnicos estudando a situação in-loco com eles, para juntos buscarem soluções, mas “o povo iria no volante e os Técnicos ao lado”.

Resposta dos Órgãos do Governo

Com aproximadamente 1 mês chegaram na área 2 Técnicos da CAR (Coordenação de Planejamento e Ação Regional) - órgão da SEPLANTEC, com a missão de sondar a autenticidade das informações contidas no documento e discutir alguma forma de encaminhamento.

Ficaram satisfeitos ao saber que a realidade ainda é mais veemente que o documento e prometeram a vinda de um técnico do INTERBA (Instituto de Terras da Bahia) que inclusive trabalhava no projeto de Uauá, para ver alguns aspectos fundiários da região, e quais os encaminhamentos possíveis para o atendimento das reivindicações.

Situação em 1984

O Técnico do INTERBA já esteve na área, fez reuniões com o pessoal, viu que tecnicamente havia possibilidade de se organizar a criação, de modo a conciliar os interesses dos que eram a favor e dos contra a criação solta, firmando um compromisso com o povo: “O povo ficou de continuar refletindo e estudando as possíveis formas de “arrumação”.

PERSPECTIVAS DA LUTA

Nível Municipal

Essas comunidades que ousaram continuar criando seus animais soltos, hoje estão servindo de exemplo de perseverança para outras comunidades do Município de Oliveira dos Brejinhos e de Brotas de Macaúbas.

Inclusive alguns dos seus líderes principalmente os que fazem parte da diretoria do Sindicato ou da Delegacia Sindical, estão empenhados num trabalho de “levantar a moral” de outras comunidades que não acabaram totalmente com a criação, a fim de ampliarem seus criatórios, somando mais força ao movimento.

Já foram feitas em outras comunidades, algumas reuniões neste sentido. Já existem inclusive, algumas comunidades se organizando.

Na área do Município, salvo algumas partes mais vocacionadas para a agricultura, ou onde a subdivisão das propriedades chegou a níveis críticos, a muita possibilidade de expansão da caprinocultura extensiva.

Nível Regional

Quando essa luta do pessoal de Oliveira dos Brejinhos começou a ter alguma repercussão nos municípios vizinhos, camponeses de outras localidades começaram a despertar para a importância do bode na sua sobrevivência.

Nos Municípios de Brotas, Paratinga e Ipupiara já existem convites para membros das comissões Oliveira dos Brejinhos darem uma “força”, pois pretendem reativar o bode solto.

Nível Estadual

A experiência da excursão a Uauá foi muito rica, ficando uma proposta de se intensificar um intercâmbio, não só com os criadores de Uauá, mas também de outros Municípios da Bahia.

Nível Nacional

Nós sabemos que praticamente todos os Estados do Nordeste tem na criação de pequeno porte o sustentáculo da economia do camponês, e que as suas características de clima e solo são parecidas com as nossas.

Sabemos também que é preciso somar forças para mudar a legislação (Lei dos 4 fios). Não para invertê-la, o que traria prejuízo para outras regiões, mas para se estudar uma forma de torná-la adaptável a cada realidade Regional, Estadual, Municipal ou até mesmo de cada comunidade, conforme as condições locais.

Achamos que para isso é preciso que se abra um amplo debate a nível Nacional, e consideramos este FONEP (Fórum Nacional de Educação Popular) como um bom espaço para se dar a largada.

Relatório Técnico elaborado pela Equipe da FUNDIFRAN e publicado no II FONEP (Fórum Nacional de Educação Popular), na cidade de Goiânia (GO), entre 24 e 28/07/1985.

A LUTA DOS BODES SOLTOS VITÓRIA DO POVO



A compenheira Ivanilde Nogueira de Seles, da Comunidade de Fazem de Pé do Morro (Mun. de Oliveira dos Brejinhos) escreveu uma carta contendo a luta de sua comunidade e de outras comunidades vizinhas, pela criação de bodes soltos. Vamos lê:

" Compenheiros, venho por meio desta, contar para vocês uma das nossas melhores lutas contra uma grande opressão que estava acontecendo aqui nas nossas comunidades, nos municípios de Oliveira dos Brejinhos e Brotes da Mecaúbas.

É que alguns agricultores fizeram financiamento no banco, e começaram a dizer que era para prender as criações de pequeno porte (bodes e carneiros).

Mas aqui nas nossas comunidades não tem condição de criar presa a criação de pequeno porte, ou então tinha que acabar. Mas como aqui todos vivem de criação de pequeno porte, nós não concordamos com essa lei aqui nas nossas comunidades.

Uma dessas pessoas que queriam que a gente acabasse com a criação, intimou três dos nossos compenheiros, dizendo que era para pagar uma quantia em dinheiro, pelos prejuízos que a criação tinha dado.

Aí quando foi no dia 23/11/83, esta pessoa trouxe o Juiz, acompanhado de um advogado aqui na nossa comunidade. Então a gente se organizou e se uniu. Quando o juiz chegou, estavam reunidas quase mil pessoas. Com a gente estava presente o advogado do Sindicato. Ele falou por todos nós, mas o problema só foi resolvido porque todos nós estávamos organizados e unidos.

Só quero dizer para vocês que a união faz a força e o povo unido jamais será vencido. Vamos todos unir nos sindicatos, para juntos resolver os nossos problemas e exigir nossos direitos.

Eu tenho esperança que nos vamos libertar, ter amor, ser iguais. Jesus vai ajudar a gente! Nesta estrada tão comprida, já enxergamos a saída: Juntos temos de caminhar."

O POVO CONSTRUINDO A JUSTIÇA

Vamos contar um caso que aconteceu no mês de janeiro de 1985, na Legião das Covas (Comunidade de Várzea Alegre) Município de Oliveira dos Brejinhos. Prestem atenção:

Dona Possidônia, uma velha aposentada, de uns setenta anos de idade tinha uma porca que entrou na roça de um vizinho por nome Paulo.

Paulo soltou o cachorro na porca, pegou um porrete e matou a porca na vista de dona Possidônia. E ainda disse que se a velha achasse ruim, morreria também.

O pessoal da Comunidade refletindo sobre o caso, viu que aquilo não estava direito: Como é que um sujeito mata a porca de uma pobre velha sem marido, sem filhos e fica por isso mesmo? Se fosse levar para a justiça não ia adiantar muito, primeiro porque já tem alguns casos desse que estão rolando na justiça há muito tempo sem resolver; segundo porque o valor da porca (R\$ 40.000) não compensava que se gaste tanto.

Então os companheiros de Várzea Alegre, juntamente com outros do Queimada Nova, fizeram uma lista com o nome de todos que iam ajudar e resolver o problema de dona Possidônia. Resolveram então procurar o Paulo e cobrar dele o valor da porca.

Quando encontraram Paulo, fizeram a cobrança e ele pegou o valor da porca em dinheiro. Mas depois ele, Paulo, foi dar parte ao Subdelegado dizendo que tinha sido "invadido" pelo povo.

O caso foi levado para o delegado de polícia de Oliveira dos Brejinhos, que mandou intimação para 3 pessoas da comunidade.

No dia de audiência com o delegado, foram umas pessoas da comunidade para a delegacia (com pessoas), levando todas as verdades que o delegado não sabia.

Quando viu tanta gente defendendo a velha e acusando Paulo, o delegado ficou contra o Paulo, dizendo que não existe lei que dê direito de se matar criação de pessoa alguma.

Isso é um caso simples, mas que nos mostra que quando o povo está unido e tem fé, é capaz de fazer tudo, até de fazer justiça sem violência.

Hoje em dia naquela região, quando um sujeito quer matar a criação do outro, tem que pensar muito, porque sabe que o povo está unido e construindo a justiça:



O PAPEL DA FUNDIFRAN NO APOIO ÀS COMUNIDADES DE FUNDO DE PASTO

Thierry De Burghgrave

Na hora de se comemorar os cinquenta anos de existência da FUNDIFRAN, é importante sublinhar o papel fundamental da Igreja Católica, através da Diocese de Barra, na fundação da mesma e nos primeiros anos de sua atuação. Afinal, na época, a FUNDIFRAN era vista como uma entidade jurídica que “sob a liderança do Bispo e, mais precisamente, de jovens padres de diversas regiões do Brasil e do exterior, vinha buscando articular e reunir lideranças locais” devendo “ser o suporte legal para todas as atividades de desenvolvimento a serem realizadas na área da Diocese de Barra” (CEAS, 1973, p. 4-5). Por esse motivo parece justo destacar aqui, entre outros atores importantes, a figura do Bispo Diocesano da época (1968-1976), Dom Tiago Gerardus Cloin, sacerdote redentorista holandês, desde cedo naturalizado brasileiro, a quem incumbiu colocar a Diocese em ritmo de Vaticano II. Ao fundar a FUNDIFRAN em 1971 junto ao jesuíta Ferdinando Torres da Costa e Silva e ao colocar de forma inequívoca a Diocese como suporte da mesma, “deu ao trabalho social uma dimensão pastoral, superando o estilo paternalista e imprimindo um sentido promocional” (DIOCESE DE BARRA, 2013, p. 37), quebrando com isto algumas tradições profundamente enraizadas na população local. Por isso mesmo, lembra a sua biografia, “foi enterrado na Catedral entre lágrimas de alguns e curiosidade de muitos que não chegaram a compreender a grandeza de seu pastor” (idem, p. 37).

Embora com o passar do tempo surgiram divergências entre o clero diocesano e a administração da FUNDIFRAN, que iriam desembocar, alguns anos mais tarde, na separação de fato entre as entidades, o trabalho pastoral se beneficiaria da atuação da nova estrutura no território diocesano, na época ainda com uma superfície de 120.000 km², incluindo a atual Diocese de Barreiras e parte da Diocese de Irecê. Para citar um exemplo, só

no setor de comunicações, o famoso rádio da FUNDIFRAN, iniciativa pioneira no sertão daquela época, iria tirar algumas paróquias e de certa maneira seus municípios do isolamento quase total em que ainda se encontravam na década de 1970. Da mesma maneira, em sentido inverso, a FUNDIFRAN também pôde contar nos seus trabalhos com toda a rede de Organizações locais da Diocese, através de suas paróquias e pastorais diversas, facilitando assim a sua penetração nos interiores mais remotos do período.

A Pastoral social da Paróquia de Brotas de Macaúbas, que compreendia a área de Fundo de Pasto de Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos (as chamadas “Comunidades do Asfalto”: Boa Sorte, Várzea Alegre, Várzea da Pedra, Queimada Nova e Pé do Morro) representava uma dessas organizações locais. Tinha sua origem na visão progressista do vigário, o Pe João Cristiano Appelboom, e de seu antecessor, o Pe Rogério Ataíde Caldas Pinto, que conduziu, a partir de 1965, “a uma ação que evangelizava (no sentido libertador da palavra de Deus ligada à vida concreta) e ao mesmo tempo tentava cumprir o papel do Estado, no que ele era mais ausente: na saúde, na educação, na assistência social” (ALCÂNTARA, 2008, p. 127).

Entre os aspectos mais importantes dessa ação evangelizadora progressista na Paróquia, que girava em torno das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), destacavam-se a saúde e a educação. Ao evidenciar a antiga ligação entre insalubridade, pobreza e analfabetismo, pesquisas da época constataram instalações escolares e déficit de professores, trazendo alta evasão escolar e taxas expressivas de analfabetismo, principalmente na zona rural. O contexto socioeconômico local se caracterizava pela existência de uma agricultura de subsistência arcaica dependente de condições climáticas extremamente adversas por causa de prolongadas secas, sendo que “as técnicas utilizadas são rudimentares tanto pela baixa qualificação dos trabalhadores em grande parte analfabetos, quanto pela falta de sementes selecionadas e financiamentos” (CEAS, 1973, p. 17).

A pecuária se dividia principalmente entre bovinos e caprinos, sendo a primeira menos adaptada às condições climáticas e ao bioma da caatinga predominante na região, além de ser criada de modo extensivo, dificultando o seu manejo, e exigindo, portanto, áreas maiores de pastoreio. Apesar desses fatores desfavoráveis, alguns moradores mais abastados, por iniciativa própria ou incentivados por especuladores fundiários de fora da área, teimavam em introduzi-la ou expandi-la às custas da criação majoritária de caprinos na região, tradicional e ao alcance de todos, ameaçando privar assim parte expressiva da população de uma fonte de renda segura, baseada no uso coletivo da terra, que conhecido, mais tarde, pelo nome de “Fundo de Pasto”.

Tudo isto favoreceu o aparecimento de casos de grilagem de terra tanto por parte de indivíduos locais, como de grupos de fora, originando assim uma série de conflitos fundiários na região. Por causa disso, muitas famílias deixaram de criar caprinos ou reduziram drasticamente a criação. Isso representou uma ameaça de desestruturação de todo um sistema secular de convivência com a seca e do uso coletivo da terra, resultando na expulsão de muitas famílias do campo, provocando um aumento considerável de pobreza e consequentemente um êxodo rural de grandes proporções. Como em todos os processos conhecidos de grilagem de terra, a área de fundo de pasto de Brotas e de Brejinhos também sofreria, ao longo do tempo, consequências nefastas em vários sentidos. Além de causar disputas internas entre as próprias comunidades, “as grilagens”, observa Moura, “causaram a redução da área de uso comum do Fundo de Pasto para soltar os animais, a supressão de vegetação, com a ocorrência de erosão e assoreamento de leitos de rios, e fragmentando a área de uso comum das comunidades” (MOURA, 2019, p. 116).

Um desses casos foi o de tentativa de grilagem de uma área de 800 ha ocorrido nessa região de Fundo de Pasto, na segunda metade da década de 1970, junto com a tentativa em 1981, de acabar com a criação através de decreto de juiz local, antipopular e comprometido com os capitalistas, baseado na “lei dos quatro fios”, pode ser considerado como o estopim que originou a chamada “luta pelo bode solto”:

O edital provocou assombro nos criadores. Boa parte deles começou a se desfazer das criações, vendendo tudo, ficando na penúria; outros diminuíram o plantel, mas não acabaram, e, finalmente, formaram-se algumas 'ilhas de resistência', entre as quais se encontra a área das cinco comunidades de Oliveira dos Brejinhos. (BURGHGRAVE, 2011, p. 40)

As ameaças sempre mais reais de invasão de grandes áreas com fins especulativos provocaram movimentos de resistência por parte de parcela significativa da população local. Esta resistência começou a se organizar de maneira mais planejada com a orientação de algumas entidades, como afirma Santos:

Na base da organização desses grupos estavam a Igreja, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) e algumas Organizações Não-Governamentais (ONGs), com destaque para a Fundação para o Desenvolvimento Integrado do São Francisco (Fundifran), cuja atuação, na época, estava circunscrita à região do Médio São Francisco e Serra Geral. (SANTOS, 2010, p. 68)

Identifica-se explicitamente no bojo das entidades que se empenharam na defesa dos direitos e na organização da resistência camponesa nas áreas de fundo de pasto, além das já citadas, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Diocese da Barra, criada contemporaneamente aos acontecimentos citados, bem como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia (FETAG) que, na mesma época, assessorava um Polo Sindical em Ibotirama.

Para entender melhor o significado real e a importância da luta pelo bode solto na região de Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos, é fundamental conhecer as origens do uso coletivo da terra, conhecido hoje por “Fundo de Pasto”.

Santos, na sua pesquisa sobre o tema, afirma que:

A partir dos estudos bibliográficos e levantamentos documentais da historicidade do processo, percebeu-se que, desde os primórdios do período colonial, grupos já organizavam um modo de vida peculiar e diferenciado no sertão baiano, com a criação de seus rebanhos em terras de uso comum.... As terras ocupadas por esse modo de vida, no geral, estavam encravadas na caatinga, em terras de pouco interesse e devida a precariedade de recursos hídricos, desvalorizadas e sem perspectivas de apropriação e uso pelo capita. (idem, 2010, p. 62)

Em seguida, a mesma pesquisadora revela como a criação de gado bovino nessa mesma região da Bahia, a exemplo de outras no Nordeste do Brasil, foi gradativamente substituída pela criação de cabras e ovelhas:

Nesse caminhar histórico-político, Brasil Império, Colônia, República, independentemente das questões jurídicas envolvendo a propriedade da terra, esses grupos permaneceram e, gradativamente, o boi cedeu espaço para cabras e ovelhas – “cabra, a vaca do pobre” – que melhor se adaptaram à caatinga e aos escassos recursos financeiros disponíveis para esses grupos camponeses. (ibidem, p. 62)

Vários pesquisadores se debruçaram sobre o sentido da denominação “Fundo de Pasto”, sobre seu significado real e sobre sua abrangência. Relativamente recente, a expressão surgiu, segundo relata Santos, em 1983, a partir da observação *in loco* dos técnicos. Torna-se difícil enunciar uma definição única sobre o tema porque os fundos de pasto representam um universo complexo de realidades distintas, abrangendo os mais variados aspectos: político, fundiário, jurídico, socioespacial, comunitário, ambiental e econômico.

Ainda segundo Santos (ibidem, p. 82-83), os fundos de pasto de Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos, diferentemente de outros na Bahia, apresentam uma situação em que “a terra é apropriada em pequenas posses familiares não cercadas que constituem o todo usado em comum pelo grupo”.

Para o relatório da FUNDIFRAN sobre a sua atuação na luta pelo bode solto, o fundo de pasto se define de maneira sucinta como sendo “um sistema alternativo de criação solta, baseado na tradição da região e com algumas inovações introduzidas por técnicos” (FUNDIFRAN, 1985, p. 3-10).

É nesse contexto que se situ o trabalho de educação e saúde da Paróquia de Brotas de Macaúbas que teve um impacto direto sobre a organização do Fundo de Pasto. Esta atuação se traduziu concretamente através da criação de três escolas que iriam funcionar na Paróquia de forma intermitente entre 1971 e 2011: a Escola Maria Goretti, a Escola Comunidade Rural e a Casa Santo Afonso.

A Escola Comunidade Rural – ECR era de fato uma Escola Família Agrícola (EFA), segundo o modelo das Casas Familiares Rurais (Maisons Familiales Rurales – MFR) francesas, implantadas no Brasil no final da década de 1960 por um jesuíta italiano no Espírito Santo, a partir do município de Anchieta e incorporadas no Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), projeto social mais abrangente. Embora funcionando com a mesma metodologia caracterizada principalmente pela Pedagogia da Alternância, não adotou o nome de EFA por querer afirmar sua vocação comunitária, de acordo com os objetivos da Pastoral Paroquial de Brotas.

Originalmente, a ECR foi concebida como projeto da FUNDIFRAN, que o encaminha, sendo logo mais assumida pela Paróquia (BURGHGRAVE, 2011, p. 83-89). “Nesse sentido” comenta Moura: “a Escola Comunidade Rural é resultado das múltiplas colaborações. Destaco inicialmente o papel da FUNDIFRAN, mas logo após, quando a Fundifran sai de cena, é a Paróquia em Brotas de Macaúbas que assume papel central na mobilização” (MOURA, 2019, p. 67). Primeira iniciativa do

gênero na Bahia inicia suas atividades em 1975 e só deixará de funcionar efetivamente em 1994. Segundo levantamento minucioso realizado por Alcântara (2008, p. 142), 187 jovens, entre rapazes e moças rurais da região, passaram pela ECR durante os 19 anos de seu funcionamento. Moura, por sua vez, revela que nesse período “um grupo expressivo de estudantes pertenciam às localidades que empreenderam lutas em defesa do bode solto, das áreas de uso comum e de seu modo de vida” (2019, p. 51). Mas a troca de vigário na Paróquia em 1993, tendo como consequência algumas mudanças na sua orientação pastoral nessa época, determinou o seu fechamento e, curiosamente,

Mesmo com uma promessa de uma ajuda substancial para erguimento de novo patrimônio, acenada pela paróquia a fim de compensar a perda de sua sede, que ficaria com a Igreja, as lideranças não se convenceram da necessidade de encampar, sem a tutela da paróquia ou do serviço social da Diocese, o desafio proposto. (BURGHGRAVE, 2011, p. 98)

Esta atitude por parte de lideranças locais provoca uma reflexão oportuna em torno da participação popular ativa e do grau de autonomia real de grupos informais de cidadãos, diante da tutela exercida por algumas organizações sociais, estruturadas tanto do ponto de vista organizacional quanto financeiro. Até onde a expressão popular “quem paga a banda escolhe a música” se aplica a essa situação? É lícito pensar que uma avaliação honesta, corajosa e frequente sobre essa questão poderia contribuir com metodologias participativas mais emancipadoras e verdadeiramente libertadoras.

Mas, além disso, não parece haver dúvidas de que estas iniciativas paroquiais na área da educação contribuíram, ao lado das outras organizações já mencionadas, para o despertar na população local da consciência sobre a necessidade de resistir e de organizar a luta pelo direito da criação solta, pois como afirma o Relatório da FUNDIFRAN.

[...] a criação solta é uma questão de vida ou morte. Simplesmente porque obrigar a criar preso é decretar a extinção dos animais. E acabar com os animais é condenar todo o povo daquela localidade a emigrar, pedir esmola ou morrer de fome. (FUNDIFRAN, 1985)

A ECR, além de suas atividades escolares propriamente ditas com os jovens, organizava também cursos e encontros na sua sede, bem como nas comunidades com lideranças comunitárias e agricultores em geral. Assuntos como a Reforma Agrária e a problemática da terra faziam parte das temáticas tratadas e a presença de advogados e dirigentes da FETAG era solicitada com frequência, com o intuito de estreitar relações com o movimento sindical, ainda incipiente na região nessa época:

O conteúdo do curso denota a preocupação maior e as prioridades do momento. De fato, os principais itens diziam respeito à situação documental dos terrenos, às atitudes dos grileiros e dos moradores em casos de grilagem ou tentativa de grilagem de terras, prováveis aliados de uns e de outros, situação atual das terras na Bahia, providências a tomar, esclarecimentos em relação à Constituição e ao Código Civil Brasileiro, casos correntes de grilagem na região, situação dos trabalhadores rurais no país, dos preços dos produtos e do salário mínimo. (BURGHGRAVE, 2011, p. 33)

“Tais ensinamentos”, afirma Santos, “foram fundamentais para resistência dos/nos fundos de pasto” (2010, p. 115), porque quando ocorre, em 1979, uma tentativa de grilagem na comunidade de Várzea Grande, justamente nas terras e na casa de um aluno da ECR, esta o encaminhou para o advogado, assessor da FUNDIFRAN, que orientou o processo de resistência, reunindo as famílias e realizando os procedimentos de abertura de picadas, marcando-se as áreas.

A partir daí começa a atuação efetiva da FUNDIFRAN na “luta pelo bode solto”, que está devidamente registrada no relatório minucioso, já citado anteriormente, apresentado pela entidade no II Fórum Nacional de Educação Popular (FONEP) em Goiânia, de 24 a 28 de julho de 1985, conhecido como “A Luta pela criação do bode solto – trabalho de assessoria e apoio a uma luta popular”.

Esse conceito de “assessoria e apoio a uma luta popular”, contido no título desse importante testemunho do trabalho da FUNDIFRAN, merece uma incursão na própria história da entidade. De fato, torna-se interessante e significativo lembrar aqui que na sua fundação, em 1971, a FUNDIFRAN mantinha uma equipe chamada de “Educação de Base” na região de Barra, cujo papel era de fazer um trabalho de educação popular junto às comunidades locais. Protagonizado pela CNBB e inspirado pela pedagogia de participação popular de Paulo Freire e seu conceito de conscientização, o Movimento de Educação de Base (MEB) trazia em si “o gérmen da transformação, da renovação, do compromisso, da presença consciente” (FÁVERO, 2006, p. 263). Com o endurecimento da ditadura militar de 1964, surgiram claras divergências ideológicas que culminaram com o corte definitivo do financiamento federal recebido pelo movimento durante os primeiros anos de sua existência (de 1961 a 1966). Isso não impediu que grupos continuassem a atuar no trabalho de educação popular em diversos cantos do país com a mesma linha metodológica.

Podia-se afirmar, simplificando bastante o seu sentido, que a filosofia deste tipo de atuação consistia em trabalhar mais “com o povo” do que “para o povo”, partindo sempre da sua realidade quotidiana para transformá-la.

Evidentemente, não é apenas por trabalhar com as camadas populares que um programa educativo se torna de “educação popular”. O que imprime o caráter de “popular” é o fato de esse programa ou movimento colocar-se a serviço das classes subalternas; estar ao lado das populações oprimidas em suas lutas de libertação. (idem, p. 266).

Por termos convivido na Barra nesse período, lembramos que o *modus operandi* desta equipe podia destoar de outras estratégias de desenvolvimento protagonizadas pelos demais setores técnicos da entidade, provocando não raras vezes incompreensões e tensões no seio do conjunto. Uma das principais características deste tipo de educação consistia em respeitar o ritmo cultural e social das populações envolvidas neste processo, o que se chocava evidentemente com as metas

de cunho mais desenvolvimentista e de curto prazo estabelecidas pela entidade. Podemos afirmar sem medo que por esse motivo, a convivência destas duas visões do desenvolvimento e do trabalho junto às populações locais no seio da mesma entidade nem sempre foi pacífica.

Ao acompanharmos a evolução da FUNDIFRAN ao longo de sua movimentada história, podemos concluir que essa filosofia de trabalho, defendida valentemente pela precursora equipe de “educação de base” daquela época, baseada na maior valorização dos saberes e dos costumes populares, prevaleceu de certo modo neste confronto sobre a visão mais intervencionista, impositiva – de cima para baixo – e imediatista nas ações a serem pretensamente desenvolvidas pela entidade. O surgimento e o fortalecimento paulatino, ao longo dos anos, de noções inovadoras como a de “convivência com a seca” e a consequente adoção de técnicas alternativas visando a maior preservação dos recursos naturais pelos movimentos sociais e pelas ONGs atuando no sertão nos últimos vinte anos em detrimento à de “combate à seca” de épocas passadas, certamente ajuda a entender melhor essa evolução nos diversos projetos produtivos e de defesa dos direitos e da cultura das populações tradicionais abraçados pela FUNDIFRAN no decorrer de sua história.

É nessa mesma linha de pensamento que se pode afirmar, sendo nisso corroborado por vários testemunhos recolhidos, que o papel da FUNDIFRAN na luta pelo bode solto tem se caracterizado por meio de variadas ações ao longo do tempo e pela defesa da terra como território de sobrevivência da população ali existente, o que contribuiu com a regularização fundiária, ou seja, terra cercada e titulada pelo Estado. Além de ter participado ativamente da criação e do desenvolvimento das diversas associações comunitárias que através de seu protagonismo desembocaram no surgimento da Central das Associações de Fundo de Pasto com sede em Várzea Alegre. Um capítulo estratégico fundamental na atuação da FUNDIFRAN e de outras entidades parceiras diz respeito à assistência técnica em geral e em particular ao desenvolvimento de tecnologias sociais adaptadas ao armazenamento de água da chuva para a produção, na ótica da segurança alimentar e nutricional das famílias.

Em 2012, Carvalho e Viana, num documento retratando um projeto inspirado na chamada “Nova Cartografia Social”, com o envolvimento da FUNDIFRAN, deixam a palavra com os próprios moradores do Fundo de Pasto de Brotas e Brejinhos para comentar as ameaças e desafios enfrentados vinte e poucos anos depois da “Luta pelo bode solto”, narrada e comentada pelo Relatório da FUNDIFRAN.

Dentro das principais ameaças os moradores citam o processo de regularização das terras e as carvoarias e cerâmicas.

No rol dos desafios aparecem o êxodo rural, a água, energia, comercialização e ensino. No que diz respeito à cultura, o trabalho fala em perdas e renovações.

As considerações em torno da Central de Associações e da Feira do Bode, frutos incontestáveis da história de lutas e resistência enfrentadas por um povo tradicional no resgate do direito à própria existência e dignidade, demonstram uma inegável consciência da realidade, sem exaltação, mas com o devido realismo.

Nas entrelinhas das falas do povo, percebe-se que as opiniões emanam carregadas de surpreendentes sinais de objetividade e muito bom senso, refletindo maturidade e realismo de um povo aguerrido e determinado, como expressa Nilza Vieira, moradora da comunidade de Várzea Grande: “Morar em uma comunidade de fundo de pasto é muito mais do que ter uma área dentro da comunidade ... morar hoje em uma comunidade de fundo de pasto é todo um conceito de viver” (CARVALHO E VIANA, 2012, p. 4).

Hoje, algumas das ameaças e desafios citados neste documento de 2012 parecem ter sido vencidas, outros permanecem de atualidade a espera de soluções.

Através de um olhar retrospectivo, podem se acrescentar no rol das realizações e das conquistas mais importantes das organizações populares surgidas no decorrer da luta pelo bode solto ao longo do tempo, a construção da sede própria com galpão, restaurante, fábrica de ração, trator, onde se realiza a tradicional Feira do Bode; a criação da AGROPASTO, Cooperativa Mista Agropecuária de Oliveira dos Brejinhos e Região

abrangendo os municípios vizinhos e diversificando o ramo de atividades, não se restringindo à criação do bode; a filiação à FRIGBAHIA, frigorífico estabelecido no município de Pintadas que possibilita a comercialização do bode produzido no Fundo de Pasto a preços mais equilibrados; e a universalização do abastecimento de água tanto de consumo como de produção.

Apesar dessas inegáveis conquistas, o Fundo de Pasto da região de Brotas e Brejinhos se encontra hoje numa encruzilhada histórica. Mesmo se a situação fundiária de suas áreas parece ter sido definida através de contrato de concessão de uso (por 90 anos, podendo ser renovado, impedindo a venda da terra) com o Estado, vários desafios de natureza diversa se apresentam no horizonte que estão a exigir esforços redobrados e soluções a curto e médio prazo.

Numa entrevista, o Presidente da Cooperativa AGROPASTO, Sandro de Oliveira Ferreira, explica que, paradoxalmente, por vários motivos, o bode solto não é mais a alternativa viável de renda mais importante para os criadores da área. De fato, por ser criado em sistema extensivo, ou mesmo semiextensivo, o bode do Fundo de Pasto não tem ganho de peso suficiente para sustentar a concorrência com o bode criado em outros sistemas e em outras regiões, alimentados com capim ou ração. Todavia, o que o diferencia é o fato de não ter alto teor de gordura, o que o torna mais saudável em decorrência das características especiais de clima e solo da caatinga. O desafio, prossegue o entrevistado, consiste em reorganizar a produção em função destas características, superando o ganho restritivo de peso, oferecendo um produto para o qual existe um nicho específico num mercado diversificado. Para isso, a obtenção de um selo específico de qualidade se torna um imperativo urgente.

Entre os principais desafios a serem enfrentados pelo Fundo de Pasto da região de Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos, além da já citada procura pelo Selo de Qualidade para o bode, indispensável para a sua valorização no mercado, encontra-se o fortalecimento das associações locais para o crescimento da Cooperativa AGROPASTO junto aos Sindicatos e à Cooperativa de Crédito CRESOL.

Desafio de outro tipo a ser enfrentado se relaciona com o fenômeno cada vez mais frequente da diversificação de atividades econômicas que tira do campo muitas famílias que migram para a sede dos municípios vizinhos. Em relação à juventude não é diferente.

Moura diz ser frequente “apontar o jovem como a parcela da população do campo que recorrentemente se motiva a fazer o deslocamento do campo para a cidade. Deixam sua localidade para estudarem na sede de seu município, e depois se dirigem para grandes centros urbanos” (2019, p. 117).

Apontando o currículo do ensino público como um dos vilões dessa realidade, Sandro de Oliveira Ferreira explica que a falta de um conteúdo relacionado à realidade socioeconômica e cultural local e regional nos currículos escolares do ensino público municipal e estadual traz o desinteresse da juventude pela permanência no campo, aumentando consideravelmente o abandono das atividades profissionais ligadas ao mesmo. Segundo ele, menos de 10% dos jovens que finalizam o ensino médio discutem as questões ligadas ao campo e ao desenvolvimento regional sustentável, sendo este número superado somente entre os egressos da Escola Família Agrícola Regional sediada em Brotas de Macaúbas, legítima herdeira da extinta ECR, citada anteriormente, e que, desde 2015, oferece um Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, em regime de alternância, no bojo de uma Associação gerida por agricultores familiares, suas famílias e organizações parceiras.

Numa tentativa de contribuir de maneira construtiva no crescimento e no fortalecimento de uma entidade tão significativa como a FUNDIFRAN na ocasião da celebração dos seus cinquenta anos de existência, em si já um fato verdadeiramente notório, permitimo-nos tecer alguns comentários como possível tema de debate e de posterior reflexão.

Nas considerações finais do seu trabalho de doutorado, Santos deixa entrever algumas ameaças que merecem mais do que nunca uma reflexão aprofundada por parte dos agentes externos que atuam e interferem de um jeito ou de outro na vida dos fundos de pasto: nos moradores, nas suas organizações, nas lideranças. Ao afirmar que o capital não conseguiu seus intentos

“por fora” através da expropriação da população local, mas estaria então tentando penetrar e exercer sua influência “por dentro” através de “novos aliados”, citando entre estes “as assessorias, os técnicos do estado, as ONGs” (SANTOS, 2010, p. 264), ela oferece um debate que não pode ser omitido por aqueles que pretendem estar “a serviço” da coletividade como um todo.

Aproveitando a oportunidade, voltamos à questão, já comentada acima, da frágil fronteira que tende a existir no projeto coletivo, popular, entre a participação social ativa, plena e real, geradora de uma ação libertadora e emancipadora, e a participação tutelada, “cujo espaço de movimentação fosse previamente delimitado” (DEMO, 2001, p. 20). Para marcar bem a diferença entre as duas, é preciso se convencer de que em todo projeto que se quer realmente participativo, convém abrir constantemente espaço para a reflexão, para a formação, como processo de solidariedade coletiva, baseado em planejamento e avaliação.

Nesse sentido, afirmações surgidas na base em torno do projeto do Fundo de Pasto em questão, a respeito da tecnologia que “chega, mas não chega para todos” (CARVALHO; VIANA, 2012, p. 9) ou ainda que “serve para o bem ou mal” e “é uma faca de dois gumes” (idem, p. 9) representam oportunidades de avaliação para nortear planejamentos possivelmente mais participativos e cidadãos.

Ninguém mais do que Paulo Freire soube sintetizar o sentido real da participação, quando afirmava que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 2000, p. 52). A palavra comunhão utilizada por Freire poderia, neste caso, ser entendida como participação transformadora, como este compromisso com a ação e a reflexão: “deste modo, a presença dos oprimidos na busca de libertação, mais que pseudoparticipação é o que deve ser: engajamento” (idem, p. 56).

Trierry De Burghgrave foi cofundador da FUNDIFRAN, da Escola Comunidade Rural (ECR) de Brotas de Macaúbas, educador da Pedagogia da Alternância, formado no Centro de Formação e Reflexão do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) e mestre em Ciências da Educação pela Universidade Nova de Lisboa (Portugal).

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Ailton Ribeiro. Comunidades de Base na década de 1970: a formação de lideranças na Paróquia de Brotas de Macaúbas, Diocese de Barra (BA). In: BROSE, Markus. **Lideranças para a Democracia Participativa - Experiências a partir da Teologia da Libertação**. Goiânia: Ed. da UCG, 2008.

CARVALHO, Franklin Plessmann de; VIANA, Greice Bezerra (orgs.). **Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: fundos de pasto: nosso jeito de viver no sertão** – Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas – BA. Manaus: UEA Edições, 2012.

CEAS, Cadernos do. **O Médio São Francisco – Confins do sertão baiano**. n. 26, São Paulo: Edições Loyola, ago. 1973.

DE BURGHGRAVE, Thierry. **Vagabundos, não senhor – Cidadãos brasileiros e planetários!** Uma experiência educativa pioneira do Campo. Orizóna-GO: UNEFAB, 2011.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 2001.

Diocese de Barra (1913 – 2013). **100 anos de Vida e Missão**.

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular – análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FUNDIFRAN. **A luta pela criação do bode solto – Trabalho de Assessoria e Apoio a uma luta popular**. II FONEP (Fórum Nacional de Educação Popular). Goiânia/GO: 24 a 28/07/1985 (mimeo).

MOURA, Genival Pereira de Araújo. **Pioneirismo e retomada: narrativas e análise da construção das experiências educativas da Escola Comunidade Rural (ECR) e da Escola Família Agrícola Regional (EFAR) em Brotas de Macaúbas – BA**. Monografia, Licenciatura em Educação do Campo, UFRB, Amargosa-BA, 2019.

SANTOS, Cirlene Jeane Santos e. **Fundo de Pasto Tecitura da Resistência, rupturas e permanências no tempo – espaço desse modo de vida camponês**. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 2010.

DE BURGHGRAVE, Thierry. Entrevista com **Sandro de Oliveira Ferreira** realizada em Queimada Nova no dia 17 de janeiro de 2021



PUNTO DE PASTO
NUESTRO PUNTO DE VIVER NO SERIA

CONSEJO DE PASTO

CONSEJO DE PASTO

CONSEJO DE PASTO

CONSEJO DE PASTO

CONSEJO DE PASTO

CONSEJO DE PASTO

CONSEJO DE PASTO

CONSEJO DE PASTO

CONSEJO DE PASTO

CONSEJO DE PASTO

CONSEJO DE PASTO

CONSEJO DE PASTO

CONSEJO DE PASTO

CONSEJO DE PASTO

CONSEJO DE PASTO

CONSEJO DE PASTO

CONSEJO DE PASTO

CONSEJO DE PASTO

CONSEJO DE PASTO

CONSEJO DE PASTO

CONSEJO DE PASTO

CONSEJO DE PASTO

CONSEJO DE PASTO

CONSEJO DE PASTO

CONSEJO DE PASTO

CONSEJO DE PASTO

CONSEJO DE PASTO

CONSEJO DE PASTO

CONSEJO DE PASTO

CONSEJO DE PASTO

LUTA DO BODE SOLTO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FUNDO DE PASTO DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS E BROTAS DE MACAÚBAS

Nilza Francisca Vieira

TESTEMUNHOS DO COTIDIANO

São 50 anos de existência da FUNDIFRAN em apoio às políticas públicas e às lutas populares dos povos, são muitas histórias, entre elas está a Luta do Bode Solto das Comunidades tradicionais de Fundo de Pasto de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas. Nessa luta houve muitos acontecimentos, e trarei aqui alguns relatos.

Os nossos costumes tradicionais, moldando o nosso modo de vida, surgem desde a chegada dos primeiros moradores desta região, os nossos ancestrais, que chegaram por aqui há mais de 250 anos, e foram passando pelas sucessivas gerações.

As famílias foram ocupando o território e conforme iam se reproduzindo fisicamente surgiam novas residências acompanhadas de novas roças, novos rebanhos e assim por todo o território houve a ocupação das terras, surgindo novas localidades povoadas.

A agricultura de sequeiro e a criação de animais são as atividades que geravam renda e possibilitavam a permanência na região. Agricultura é praticada pelos agricultores e agricultoras nos roçados próximos das residências, e por muito tempo também foi praticada em áreas mais distantes que ficavam nas baixadas entre as serras e próximo das nascentes. A produção era incerta, pois, aqui no semiárido, há ano que chove mais e ano que chove menos, e mesmo nos anos em que se chove mais, acontece de a mesma não ser bem distribuída.

Nas áreas abertas e comuns circulavam os animais de grande e pequeno porte, como bovinos, ovinos, caprinos e suínos. Nos períodos mais críticos, as famílias retiravam os animais de grande porte para as serras e os animais de pequeno porte ficavam nas áreas de solta na Caatinga. Como a região é marcada por grandes períodos de seca e estiagens, a agricultura de subsistência é importante, mas ao passar do tempo diminuiu a produção. O bode (caprinos e ovinos), por se adaptar bem ao

ao clima do sertão, se tornou viável e passa a ser a maior fonte de renda de várias famílias da região.

SITUANDO OS FATOS

Na década de 1970 estavam acontecendo vários conflitos ocasionados por grilagem de terra no oeste da Bahia. Nesse mesmo período estava em construção a rodovia BR 242 (Bahia-Brasília), atravessando o território de várias comunidades do município de Oliveira dos Brejinhos, facilitando a chegada de pessoas de fora na região, a procura de terras com o objetivo de instalar fazendas para criar gado bovino, surgindo finalmente problemas com compras e tentativas de grilagens de terras.

Em 1980, a região de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas enfrentaram ameaças no que diz respeito ao modo de vida dos seus habitantes, em particular ao costume tradicional de se criar animais soltos no campo, devido às influências na expansão da bovinocultura e o incentivo do Banco do Brasil, financiando projetos para a construção de cercas de 04 fios de arame farpado, para o plantio de capim buffel, plantio de mamona e de mandioca. Com estas novas práticas de explorar a terra, verifica-se o aumento do desmatamento da vegetação nativa, influenciando com isso o surgimento de muitas carvoarias, resultando no surgimento dos conflitos.

Com os interesses contrários aos costumes tradicionais das comunidades de se criar animais soltos no campo, as grilagens e tentativas de grilagem de terra, a cada dia que passava, iam surgindo novos conflitos e as pressões aumentavam. Diante dessa realidade vivida pelas famílias da região, as lideranças das comunidades procuraram o apoio de entidades para encontrar uma solução para o problema: Paróquia, Escola Comunidade Rural (Escola Família Agrícola), Sindicatos, Polo Sindical e a FUNDIFRAN. Estas entidades vendo a realidade que as comunidades estavam vivendo, passaram a acompanhar mais de perto o problema, como relata a seguir Boaventura Gomes de Almeida, liderança sindical de Ibotirama, descrevendo o apoio da FUNDIFRAN à luta dos agricultores familiares através dos sindicatos da região:

Com a valorização das terras na nossa região proporcionada pelo desenvolvimento das estradas a BR 242 e a BA 160, despertaram os grileiros querendo expulsar posseiros e até mesmo os pequenos proprietários, usando documentos falsos com apoio dos cartórios. Investindo também na expansão de cercas, e com a lei dos Quatro Fios impedindo os agricultores de criar soltos os animais de pequeno porte, por causa da grilagem e a expansão das cercas. Aconteceram várias ações na justiça obrigando os sindicatos a contratar advogados para defender os agricultores. Como os sindicatos não tinham condições financeiras para contratar advogados, entra o apoio da FUNDIFRAN para ajudar, tanto na assessoria como na assistência jurídica. Os sindicatos dos agricultores da região: Ibotirama, Morpará, Paratinga, Bom Jesus da Lapa, Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas, atingidos pelo mesmo problema, resolveram se juntar para enfrentar a grilagem. E com o apoio da FUNDIFRAN formamos um polo sindical para fortalecer as comunidades dos agricultores na área da grilagem e nas áreas de fundo de pasto para garantir a criação dos animais de pequeno porte solto como era de costume tradicional. Com a legalização do polo, tornando-se uma entidade jurídica, este formou um convênio com a FUNDIFRAN para conseguir recursos financeiros para poder contratar advogados, Durante essa luta não faltou assessoria jurídica, chegando a passar pelo Polo Sindical de Ibotirama, como ficou o nome da razão social, os seguintes advogados Carlos Alberto, Antônio Mario, Antônio Fernandes, Felipe (o Paraíba), Orlando e Greice. **Com a nossa luta, nossa persistência e o apoio da FUNDIFRAN, conseguimos vencer.** (Depoimento realizado em dia 08 de julho de 2020, na cidade de Ibotirama/BA).

A região das comunidades envolvida no conflito pertencia à paróquia de Brotas de Macaúbas, que já desenvolvia um bom trabalho de comunidades eclesiais de base com o Pe João Cristiano como idealizador, e em 1975, através dela veio a criação da Escola Comunidade Rural (ECR), com a metodologia de

Alternância, a mesma das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs). Neste período, a escola com o empenho do seu coordenador, na época Thierry De Burghgrave, realizou um curso em Brotas de Macaúbas, sede da escola, entre os dias 20 e 23 de dezembro de 1978, com o advogado Dr. Carlos Alberto do polo Sindical de Ibotirama, para os estudantes da escola e agricultores da região.

O curso tinha como objetivo dar orientações jurídicas em defesa das terras. O jovem estudante da escola, Joaquim José Vieira, ao retornar para casa em seu período de alternância, repassou as orientações do curso para a comunidade. O povo percebeu que era importante fazer a defesa da Fazenda Várzea Grande, renovar os marcos colocados pelos mais velhos e abrir variantes. Quando os órgãos do governo chegaram para fazer as medições, o perímetro do território da comunidade já estava demarcado, e cercada a área que limitava com Rodovia BR 242, para defender os animais.

Os trabalhos da Paróquia e da Escola Comunidade Rural ajudaram muito no processo de consciência, resistência e organização das comunidades envolvidas na luta do bode solto.

Com a resistência do povo em manter seus costumes, os donos de fazendas e outras pessoas da região que infelizmente foram influenciadas a defender interesses contrários aos costumes tradicionais da região de criar animais de pequeno porte solto no campo, se articularam com autoridades locais, prefeitos, vereadores, delegados de polícia e Juiz de Direito, para pôr em prática a Lei de Pé Alto (cerca com quatro fios de arame) na região, e impedir a circulação de animais de pequeno porte soltos no campo.

Com estes apoios aumentam ainda mais os conflitos. As pessoas contrárias à criação do bode solto passam a fazer ameaças físicas aos criadores, matar animais que entravam em suas propriedades, pessoas passam a ser intimadas em delegacias de polícia, ocorre a prisão de lideranças e de representantes de entidades apoiadoras da luta das comunidades. Abrem-se processos contra criadores, policiais se fazem presentes na feira do povoado de Queimada Nova do município de Oliveira dos Brejinhos, com a finalidade de reprimir, ameaçar e amedrontar criadores e pessoas envolvidas na defesa da terra e da luta do bode solto.

A cada dia que passava, o conflito aumentava e o povo sentia os seus costumes tradicionais ainda mais ameaçados, as famílias não tinham condições de prender e nem de retirar os animais, pois é deles que tiravam a sua maior fonte de renda. Mas o povo se mantinha firme e consciente de que era preciso lutar pela sua sobrevivência.

Nesta caminhada de luta marcada por muitos momentos de conflitos, ameaças, mas de outro lado, resistência, união e diálogo, tornou-se necessário o apoio dos sindicatos, do Polo Sindical de Ibotirama e da assessoria da FUNDIFRAN. Foi através destas entidades que se conseguiu contratar bons advogados para prestar assessorias jurídicas e acompanhar os processos em cartórios, delegacias e Fórum.

O juiz de Direito da comarca de Brotas de Macaúbas abriu processo contra três pessoas, o Sr. Manoel Gregório, conhecido como (Manoel Gobel), Dona Virgilina Nogueira de Sales, ambos já falecidos, e Sr. José Gregório, conhecido como (Zé Pequeno), acusadas por não prender os animais de pequeno porte que entravam nas propriedades dos “contras” o bode solto, sendo as cercas das roças dos acusadores feitas com os quatro fios de arame. Por falta de conhecimento, as pessoas citadas no processo deixaram os prazos vencerem. O Juiz então marcou uma vistoria na área, na localidade chamada Arroz, na comunidade Pé do Morro, município de Oliveira dos Brejinhos. Um oficial de Justiça, de Brotas de Macaúbas, que conhecia bem a região e também o pessoal que estava sendo processado, chamou um deles, o Sr. José Gregório (Zé Pequeno), e passou algumas informações importantes, sendo uma delas a data da perícia que estava marcada para o dia 23 de novembro de 1983. Falou também que era importante que as pessoas se reunissem no dia da vistoria e pediu segredo para não falar que foi ele que passou as informações.

As entidades e o advogado do Polo foram comunicados e fizeram uma reunião de preparação um dia antes da vistoria do juiz. Nesta reunião, compareceram aproximadamente quarenta pessoas e uma das orientações do advogado era de preparar um abaixo-assinado para entregar ao Juiz. O advogado, satisfeito com o número de pessoas na reunião, perguntou se no outro dia haveria essa mesma quantidade de pessoas. O pessoal da reunião respondeu que se fosse pra ter só aquela quantidade de pessoas poderiam desistir da luta!

As lideranças tinham feito uma boa articulação e mobilização porque no dia da perícia compareceram mais de mil pessoas, vindo de toda a região atingida pelo conflito, chegando a surpreender o advogado, que não esperava aquela quantidade de pessoas.

O povo reuniu-se em um local estratégico na estrada onde o juiz tinha que passar, já que um dos objetivos era falar com o juiz e entregar o abaixo-assinado, orientação do advogado do Polo Sindical, porque as informações que os adversários espalhavam eram de que a visita de vistoria do juiz seria o último dia da criação solta no campo. Joaquim José Vieira, aluno da ECR da Comunidade Tradicional de Fundo de Pasto de Várzea Grande, testemunhou da seguinte maneira o acontecimento:

Nesse dia era uma perícia que o juiz veio fazer na área, quando o juiz passou perguntou “Isso aqui é um piquenique”? Aí imediatamente eles foram lá, fizeram a perícia, mas foram rápido, já veio de volta. Aí quando voltou, nós já tinha organizado, já tinha traçado uns carros na estrada, aí o carro parou (o carro do juiz), gritou todos os criadores de bode em uma voz só “nós somos os criadores de bode, nós vamos criar bode solto. (Entrevista realizada em 18 de junho de 2020 na Comunidade Várzea Grande, Município de Oliveira dos Brejinhos/BA).

Ao retornar da vistoria, o juiz não teve outra saída a não ser parar e ali mesmo, dentro do carro, foi feito uma conversa e entregou-se o abaixo-assinado, já que tinha dito que só resolveria através de abaixo-assinado e edital. Esteve presente também no local o prefeito de Oliveira dos Brejinhos. Outra moradora da comunidade de Várzea Grande, Ivanilde Nogueira de Sales Vieira, professora que teve a mãe, Dona Virgilina Nogueira de Sales, processada e agredida fisicamente pelos “contras”, afirma que:

A partir da grande reunião do dia 23 de novembro de 1983, o prefeito da época soltou um Edital que recomendava a criação do bode solto. O edital invés de ajudar, piorou o conflito. O advogado Dr. Fernando

falou que o Edital não autorizava, só recomendava. Ele como assessor jurídico do Polo Sindical sabia que aquele edital não tinha validade nenhuma. Com o aumento dos conflitos, os assessores da FUNDIFRAN e do Polo Sindical sugeriram aos dirigentes sindicais que seria necessário fazer uma reunião grande para propor alguns encaminhamentos (essa reunião foi no mês de julho do ano de 1984, na comunidade de Várzea Alegre). Nessa reunião tinha aproximadamente umas mil pessoas. Os participantes usavam dois tipos de crachás: um que dizia "é criar bode" e outro, "eu apoio o bode". Na reunião ficou decidido criar uma comissão formada por cinco pessoas de cada comunidade, com a finalidade de se fazer um levantamento sobre a produção da Agricultura e a Pecuária. O resultado do levantamento foi de 95% para a Pecuária e 5% para a Agricultura. A Pecuária se referia a criação de pequeno porte e a Agricultura se referia o plantio de feijão de corda, melancia, milho, maxixe, abóbora (Entrevista realizada em 18 de junho de 2020 na comunidade de Várzea Grande, Município de Oliveira dos Brejinhos).

Logo após esta reunião no mês de julho de 1984, o prefeito de Oliveira dos Brejinhos articula-se com os prefeitos da região e marca uma reunião com o Secretário da Agricultura do estado da Bahia, em Oliveira dos Brejinhos. Os assessores das entidades alertaram as lideranças, que esta reunião com o Secretário tinha o objetivo claro de abafar a luta do povo das comunidades, e sugeriu que as pessoas deveriam participar da reunião, mas era importante ter um preparo antes e Ana Francisca Vieira Lemos, de Várzea Grande, lembra que:

No dia que marcou a reunião com Isac da FUNDIFRAN para apresentar o resultado do levantamento sobre a produção, da agricultura e o bode e elaborar o documento para apresentar o governo, só compareceu os homens. As mulheres que participaram do levantamento não foram, então Isac disse "cadê as mulheres que participaram do levantamento, porque não vieram, sem elas eu não vou fazer o trabalho". Aí remarcaram outro dia para garantir a participação de nós mulheres. Eu achei muito importante essa observação de Isac sobre a participação de nós mulheres (Entrevista realizada em 28 de junho de 2020 na comunidade de Várzea Grande, Município Oliveira dos Brejinhos/BA).

Em um encontro de lideranças para preparar a reunião com o Secretário da Agricultura do Estado, a assessora jurídica do Polo Sindical alertou que eles poderiam esquecer de chamar o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oliveira dos Brejinhos para compor a mesa, e no dia da reunião não chamaram mesmo, como bem descreve Ivanilde Nogueira de Sales Vieira:

O presidente da Pedagogia da Alternância formado no Centro de Formação e Reflexão do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) do Sindicato era o Sr. Bernardino, mas quem foi escolhido para participar da palestra foi o Sr. Francisco Neri da comunidade de Boa Sorte. Quando compôs a mesa o povo falou “esqueceu de chamar o Sindicato para a composição da mesa”. Os demais se sentaram numas cadeiras chiques que foram preparadas com antecedência e o Sindicato se sentou numa cadeira velha de mesa de bar (Entrevista realizada em 18 de junho de 2020 na comunidade de Várzea Grande, Município de Oliveira dos Brejinhos/BA).

Alice de Almeida Silva, da comunidade de Fundo de Pasto de Boa Sorte e diretora do Sindicato no período da luta do bode solto, acrescenta:

As comunidades na luta pelo bode solto e a regularização das terras, tivemos um grande apoio do STR de Oliveira dos Brejinhos, representando na época, Pelo Sr. Bernardino Evangelista da Silva, e posteriormente pelo Sr. Elias Nery da Silva. Nessa reunião com o secretário de agricultura do estado e os prefeitos da região o Sindicato designou o Sr. Francisco Nery, que fez o uso da palavra, pedindo ao Secretário, uma audiência em seu escritório, em Salvador. Em seguida, uma comissão foi a Salvador e entregou ao Secretário da Agricultura um levantamento das famílias e animais de pequeno porte, dessas comunidades que hoje, são reconhecidas como Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto. Após a audiência o governo mandou alguns técnicos para verificar alguns fatos e aí começou a grande luta, pela segurança das terras e do bode solto. Resultando na criação das Associações e formações dos Fundos de Pasto (Entrevista realizada em 04 de agosto de 2020, na comunidade de Boa Sorte, Município de Oliveira dos Brejinhos/BA).

Continua narrando o episódio Ivanilde Nogueira de Sales Vieira:

O Secretário tinha falado na reunião que iria resolver o problema de Oliveira dos Brejinhos como tinha resolvido em Uauá. E antes da audiência com o Secretário da Agricultura, uma comissão de pessoas foi até Uauá para conhecer. Chegaram lá viram que a forma deles construírem suas casas eram diferente de nós dessa região, mas tinha algo em comum, lá as moradias ficam todas do mesmo lado e a área de Caatinga de outro lado. Depois que a comissão que foram para Uauá retornou, na semana seguinte estava marcado a audiência em Salvador com o Secretário da Agricultura. Foi até essa audiência representante das comunidades junto com Izac, assessor da FUNDIFRAN, na primeira semana do mês de abril de 1985. Foi entregue ao Secretário da Agricultura um documento reivindicatório, com cópias para as outras secretarias de governo do Estado. O Secretário leu o documento e se comprometeu de enviar técnicos para comprovar o que estava no documento. Que iria selecionar os melhores técnicos para mandar, com um mês os técnicos chegaram no município de Oliveira dos Brejinhos. A partir da vinda dos técnicos o órgão de regularização fundiária, o INTERBA começou a medição convencional das áreas (Entrevista realizada em 18 de junho de 2020 na comunidade de Várzea Grande, Município de Oliveira dos Brejinhos/BA).

Aproximadamente um mês após a reunião em Salvador, chegaram a Oliveira dos Brejinhos os técnicos Pedro Guerra e Ugo, e visitaram algumas comunidades. Após a visita dos técnicos, não demorou muito, o Estado enviou alguns órgãos e instalou escritórios regionais em Oliveira dos Brejinhos. Veio a CAR, EMATER e o INTERBA - Instituto de Terra da Bahia, que foi o responsável pelas medições das áreas. Foram realizadas muitas reuniões com os técnicos dos órgãos do Estado para compreender a realidade das comunidades e poder dar início às medições. Lembro das discussões de como seria a medição das áreas de uso comum (as áreas coletivas), se seria em forma de condomínio ou outra forma. Mas chegou-se a conclusão de que as áreas coletivas seriam medidas em nome de uma pessoa jurídica, no caso era necessário criar associações.

Outro momento foi a compreensão do associativismo para poder atender às exigências legais solicitadas pelo Estado. Nesse momento, a FUNDIFRAN contribuiu no processo de preparação à formação das comunidades, para que o povo compreendesse o que é o associativismo, e a partir daí envolver-se nas discussões e construção dos instrumentos legais.

As comissões permaneceram como instrumentos de luta, acompanhando os processos de mobilização, articulação e pensando ações conjuntas, fazendo o diálogo dentro e fora das comunidades, com as entidades, advogados e órgãos públicos. Foi um processo de muito amadurecimento, conhecimento, determinação e resistência, as comunidades ganharam muito com este nível de organização.

Na caminhada das comunidades e já com as associações criadas, mantém-se o apoio dos Sindicatos e da FUNDIFRAN nas cobranças junto ao governo estadual, reivindicando a conclusão das medições e entrega dos títulos de terra já finalizados.

No final do governo de João Durval Carneiro, os trabalhos de medição das áreas tinham parado. Houve cobranças por parte das comunidades e a justificativa dos órgãos é que não havia recursos.

Nas eleições de 1989, Valdir Pires foi eleito governo da Bahia, as organizações do campo conseguiram eleger o companheiro Alcides Modesto como Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Logo no ano seguinte, uma comissão de representantes das comunidades foi a Salvador para cobrar a continuidade dos trabalhos de medições e chegando a Salvador, procuramos o gabinete do deputado Alcides Modesto, que se colocou à disposição e também o seu assessor Jonas Paulo, sendo que estes nos ajudaram no processo de articulação com o governo e com os órgãos governamentais. Jonas Paulo conhecia bem a realidade da luta do bode solto de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas, esse conhecimento se deu por ele ter trabalhado na própria FUNDIFRAN.

Ao chegarmos ao gabinete fomos informados que os trabalhadores da região sisaleira (que trabalhava com o sisal) estavam em uma manifestação cobrando vários direitos, inclusive uma audiência com o governo. Desse diálogo surgiu a orientação de nos articularmos com os sisaleiros para tentar conseguir a audiência para tratar da nossa pauta. Ficamos a tarde toda e a noite na frente do Palácio. Com o apoio deles conseguimos as duas audiências, primeiro com o pessoal do sisal e depois a nossa, quando entramos para a audiência com o governador Valdir Pires já era mais de meia noite. O governo prometeu retomar os trabalhos de medições o mais rápido possível, e os trabalhos foram realmente retomados. Infelizmente os governos seguintes não deram continuidade ao processo de regularização fundiária das Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto, até mesmo comunidades daquela época estão até hoje faltando a conclusão do processo de regularização fundiária.

Estas instituições, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oliveira dos Brejinhos e a FUNDIFRAN, estiveram presentes também em outros momentos junto à Articulação Estadual das comunidades de Fundo de Pasto, apresentando pautas de melhorias para as comunidades, que iam além da regularização fundiária.

Em 1998, o sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oliveira dos Brejinhos e a FUNDIFRAN, nas pessoas de Dermeval Gervásio e Taciana Carvalho, acompanharam o processo de criação da Central das Associações de Fundo de Pasto, também ajudaram nos processos das primeiras revisões dos estatutos sociais das Associações de Fundo de Pasto, adequando a legislação vigente, e em 2004 deu apoio Feira do Bode, sendo este um evento pensado, organizado e realizado pelas comunidades com um grande apoio do Sindicato de Oliveira dos Brejinhos (SINTRAF). O apoio das entidades naquele período foi importante para o fortalecimento e autonomia das comunidades.

Passaram pela equipe da FUNDIFRAN homens e mulheres que deram o melhor de si para acompanhar a luta das comunidades, ajudando e apoiando nos processos organizativos e de resistência. Elias Neri, da comunidade do Fundo de Pasto da Boa Sorte, expressou o sentimento de reconhecimento em nome de todos da seguinte maneira:

Quero agradecer à FUNDIFRAN pelo trabalho prestado às comunidades de fundo de pasto na luta pelo bode solto e regularização das terras. A gente sempre lembra de nomes de algumas pessoas, como Isac conhecido como Isac da FUNDIFRAN; Maria Aparecida conhecida como Cida da FUNDIFRAN e Frei Hermes que ajudou na elaboração do estatuto da Associação Comunitária de Boa Sorte. Agradeço também pela assessoria que prestou ao Sindicato de Oliveira dos Brejinhos (Entrevista realizada em 04 de agosto de 2020 na comunidade de Boa Sorte, Município de Oliveira dos Brejinhos/BA).

Parabéns FUNDIFRAN pelos 50 anos de caminhada!

Nilza Francisca Vieira, liderança combativa residente na Comunidade de Fundos de Pasto Fazenda Pé do Morro, município de Oliveira dos Brejinhos (BA).



LUTAS E CONQUISTAS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FUNDO DE PASTO DO TERRITÓRIO VELHO CHICO

Dermeval Gervásio de Oliveira

A LUTA PELO BODE SOLTO E PELA POSSE DA TERRA

O registro que deixo neste importante documento da Coleção “*FUNDIFRAN: 50 Anos*” é o relato de alguém que teve o privilégio de conviver, até os dias atuais, com o povo das Comunidades Tradicionais de Fundos de Pasto desta região de Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos, localizadas no Território Velho Chico, Estado da Bahia. Região onde também a minha família de avós maternos, Ana Sateles e Joel Lima (*in memoriam*), conviveram por muitos anos na área de Fundo de Pasto de Jatobá (Brotas de Macaúbas).

A partir do momento que passei a ser conhecedor da luta desse povo, assumi como meta contribuir para que a sua história de luta fosse registrada, para que os filhos e filhas desta terra, universidades e a sociedade tomassem conhecimento dos reais fatos de mais uma luta de resistência pela permanência na terra e vida com dignidade desse canto da Bahia e do Brasil.

Formação de Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)

Antes de ingressar no trabalho de Educação Popular, participava ativamente das atividades religiosas da Paróquia Nossa Senhora de Brotas, com isso, me envolvi diretamente com grupo de jovens evangelizadores da “Casa Santo Afonso”, criada em 1978, pelo Padre João Cristiano Appelbom (*in memoriam*). Os Jovens afonsinos são das comunidades rurais que passavam dois anos se preparando para evangelizar e criar novas comunidades cristãs. Entusiasmado com a missão deste grupo de jovens, acompanhava-os em algumas atividades de formação de comunidades, na zona rural. E foi neste período que fui selecionado para trabalhar na Escola Comunidade Rural, integrada à ação paroquial que se destaca na pastoral da saúde e na educação popular (de 20 de abril de 1983 a 31 de janeiro de 1987).

Na década de 1970, a Paróquia desenvolvia um trabalho pioneiro na área da saúde com a “campanha de fossas e filtros”, com o objetivo de combater a verminose e outras doenças comuns na época; serviços de primeiros socorros através das “atendentes de saúde”, que no futuro se tornaram as “agentes de saúde”; e das “parteiras leigas” que cuidavam das gestantes. Segundo o sociólogo Ailton Alcântara, “as primeiras ações emergenciais da Paróquia foram as campanhas de conscientização para a higiene dentro de casa e a prevenção de doenças: eram campanhas de fossas, filtros, chuveirinhos (baldes com chuveiros embutidos)” (ALCÂNTARA, 2008, p. 128).

A ECR, fundada em 1974, tinha como entidade mantenedora a Instituição para o Desenvolvimento de Comunidades (IDEC) e posteriormente o Serviço de Desenvolvimento de Comunidades (SEDEC), pessoas jurídicas que buscava recursos para manter o trabalho de formação técnica de jovens rurais fundamentado na pedagogia da alternância. Além do meu trabalho na gestão financeira da entidade, dava aula e assessoria técnica às comunidades de Fundo de Pasto, que até então não se reconheciam como tal.

A Paróquia Nossa Senhora de Brotas tinha um Conselho Paroquial que planejava as ações da Paróquia, no qual as comunidades de Boa Sorte, Várzea Alegre, Várzea da Pedra, Queimada Nova e Pé do Morro, eram denominadas pelo pároco de “comunidades do asfalto”. O “asfalto” referido era justamente a rodovia federal BR 242 que divide as áreas comuns dessas comunidades, trazendo sérios prejuízos aos criadores, através de acidentes e furtos da criação que circulavam livremente nas áreas livres de cercas.

A luta pelo Bode Solto

A luta pelo “Bode Solto” compreende, segundo os escritos anteriores deste Caderno, o período de 1979 a 1985. No final da década de 60, a região ainda convivia harmoniosamente com as atividades de caprinos, ovinos, bovinos e agricultura em áreas comuns, mesmo com a vigência da “Lei dos quatro fios”. Os conflitos começaram a partir da construção da Rodovia Federal (BR 242), que cortava parte das áreas comuns, com a expansão

das atividades da bovinocultura, da cultura da mandioca e da mamona em escala comercial. A BR 242 é uma rodovia federal, transversal que se inicia em São Roque, Distrito de Maragogipe/BA, e se estende ao município de Sorriso/GO, com seus 2.311,7 km de extensão. O projeto de criação desta rodovia data do governo de Juscelino Kubitschek, pela Lei 5.917 de 10/09/1973 e denominada “Rodovia Milton Santos” pela Lei 11.103 de 18/03/2005.

Na década de 80 a luta destas comunidades foi pelo “bode solto”, que tinha como objetivo a manutenção do sistema extensivo da criação de caprinos e ovinos, atividade econômica fundamental para a sobrevivência das famílias camponesa dos municípios de Brotas de Macaúbas e de Oliveira dos Brejinhos. Para garantir este “Modo de Vida” nesta região Semiárida, as comunidades tiveram que enfrentar, de forma coletiva, a luta pela sua permanência e sobrevivência na terra. A luta pelo bode solto era a condição de manter a criação de caprinos e ovinos nesta região, que vinha sendo destruída por conta do avanço da grilagem de terras e do agronegócio na região Oeste, ancorado pelo poder político, econômico e judiciário. Esta fase está muito bem evidenciada anteriormente neste documento. É importante ressaltar que a luta pelo “bode solto” teve como estratégia a posse definitiva das terras devolutas ocupadas por esta população, de forma centenária.

Foi uma experiência relevante participar do dia a dia das famílias, acompanhando e assessorando na formação de grupos produtivos voltados para o manejo da caprinocultura, na assessoria do processo de constituição das associações, na construção dos estatutos que mantiveram, com muita discussão, a preservação da Caatinga, a preservação da Ema e do Umbuzeiro, e assegurando as ações coletivas e de manutenção do modo de vida desta população rural. Várias reuniões foram feitas para discutir a importância do associativismo, do trabalho coletivo de conservação das cercas coletivas, da compra coletiva e vacinação dos animais. Os grupos de agricultores de Fazenda Pé do Morro e de Várzea Alegre se organizaram e passaram a adquirir, coletivamente, um kit de equipamentos e vacinas para o controle sanitário dos rebanhos: uma geladeira a gás, conjunto de aparelho de vacina, agulhas, seringas e quantidade suficiente de vacinas contra botulismo, raiva e febre aftosa, e outros insumos necessários. O kit ficava na casa comunitária da comunidade. O orientador técnico, jovem da comunidade que estudava na ECR, conduzia, junto com a comunidade, as campanhas de vacinação dos animais.

Os jovens participavam do curso de formação técnica por um período de 2 anos na ECR. Na alternância, durante o período na comunidade, havia uma participação efetiva de todos da comunidade e desenvolviam-se práticas agrícolas na propriedade da família. Não posso deixar de referenciar neste trabalho técnico a assessoria do Sr. Raimundo Porto (*in memoriam*), uma pessoa humanista e conhecedora das técnicas de sanidade animal, que também fazia parte da equipe da ECR, que deu uma grande contribuição para os agricultores e agricultoras da região e para as Escolas Família Agrícola da rede da Associação das Escolas e Comunidades da Família Agrícola da Bahia (AECOFABA).

Nos anos que antecederam a minha participação no processo de luta das comunidades tradicionais de Fundos de Pasto, o corpo técnico da ECR assessorou o processo de delimitação das comunidades através do cercamento dos perímetros comunitários, que se concretizou a partir dos mutirões na abertura de picadas e na construção das cercas, evitando desta forma que o bode escapasse para as rodovias e garantiu-se a segurança contra os invasores de terras. O primeiro mutirão para o cercamento do “círculo comunitário” foi iniciado em 12 de março de 1979 na comunidade de Várzea Grande.

A partir do momento em que as reivindicações das comunidades passaram a ter respostas do Governo do Estado da Bahia, resultado de muita pressão da parte do Polo Sindical da região coordenado pela FUNDIFRAN, o SEDEC, entidade mantenedora da ECR, passou a ter um papel importante no processo de delimitação dos perímetros das comunidades. Nesta fase inicial, o Estado, através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) financiou o arame para o cercamento do perímetro das comunidades, atendendo ao objetivo do movimento em delimitar a área da criação solta. Neste sentido, a ECR, além de ter contribuído anteriormente, conforme cita Thierry no seu artigo, a SEDEC contratualizou com a CAR para receber os recursos do Estado, efetuar a compra e entrega dos arames. As Comunidades atendidas na época foram: V. Alegre, V. da Pedra, Boa Sorte, Pé do Morro e Jatobá. O restante das comunidades foram cercadas através de mutirões e doações de arame.

A Luta pela Posse da Terra

A luta para consolidar o “modo de vida” das 364 famílias, conforme o levantamento técnico realizado pela FUNDIFRAN e Polo Sindical, tornou-se um processo contínuo. Resistir para manter o sistema de criação foi fundamental, mas precisava-se avançar na luta pela posse definitiva da terra. Era necessário manter as comunidades mobilizadas, permanentemente, para reivindicar do Estado da Bahia a regularização fundiária das terras, ora ocupadas de forma centenária pelas famílias camponesas.

Através de exaustivas viagens e audiências em Salvador, o processo avançou com a intervenção do Instituto de Terras da Bahia (INTERBA), autarquia do Estado, na época, que se ocupava da regularização fundiária no Estado. Entretanto, era necessário que as comunidades definissem o modelo agrário mais adequado às suas realidades. Assim, a partir do momento que tiveram conhecimento do modelo de Fundos de Pasto da região de Uauá, deu-se início ao processo de discussão com os “técnicos do governo”, enviados pelo INTERBA. Entretanto, havia uma certa desconfiança por parte dos agricultores e agricultoras em relação aos “técnicos do governo” após fazerem as palestras nas várias reuniões, a comunidade reunida pedia para eles aguardarem debaixo do umbuzeiro, enquanto decidiam qual o modelo e as condições para a efetivação do sistema de Fundos de Pasto.

O reconhecimento das terras como “Fundos de Pastos” nesta região de Oliveira dos Brejinhos e de Brotas de Macaúbas se deu a partir da compreensão da área de domínio familiar e de domínio coletivo (áreas comuns). As glebas de domínio individual (familiar) foram medidas e tituladas em nome da família, enquanto que as áreas comuns foram medidas e tituladas em nome das associações, possibilitando, desta forma, as condições necessárias para o bode permanecer solto na Caatinga. A medição das áreas pelos topógrafos contratados pelo Governo do Estado foi realizada sob a orientação das comissões e do trabalho coletiva de abertura de novas picadas pelos comunitários. Desta forma, o Estado concedia o título individual para a família e o título coletivo para a associação. Por meio deste entendimento, a criação extensiva de caprinos estava assegurada.

A partir da relação com a Diocese da Barra, na pessoa do Bispo D. Itamar Vian, fui trabalhar no Serviço Social da Diocese da Barra (de 01 de junho de 1987 a 30 de abril de 1992), onde a minha missão era a de estruturar a Pastoral da Terra (CPT), integrada com as Paróquias. Tarefa difícil, desafiadora, mas com um grande aprendizado. Com isso, percebi que a luta pela posse da terra, seja para garantir o bode solto, para plantar ou até mesmo para extrair do subsolo o sustento das famílias de agricultores, era muito mais abrangente. Como CPT me relacionava com todos os padres, irmãs e junto com a Comissão Pastoral local, demos apoio aos posseiros nos conflitos de terra na Diocese, especificamente na luta pela posse da terra na Ilha de Fora, Ilha do Miradouro, na luta pela Reforma Agrária de Nova Conquista, Retiro da Picada, Fazenda Almas e Sertão Bonito. A Irmã Ivanir de Morpará, representando a Paróquia, deu um imensurável apoio à luta pela Reforma Agrária. Uma mulher incansável e corajosa, que sempre acompanhava os mutirões, as ocupações de terras e ocupações dos órgãos responsáveis pela Reforma Agrária em Salvador e Brasília.

Acompanhamos os conflitos dos garimpeiros artesanais de Gentio do Ouro, do Cristal (quartzo) em Brotas de Macaúbas e as questões trabalhistas das “bandejeiras do cristal” em Oliveira dos Brejinhos. A agricultura, na região do Cristalino (Brotas), passou a ser uma atividade sazonal em função do garimpo, como mais uma atividade de sobrevivência nos municípios dessa região da Chapada Diamantina (Gentio do Ouro, Ipupiara, Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos). A partir desta luta surgiu, em 1990, a Cooperativa Agromineral Sem Fronteiras (CASEF) de Brotas de Macaúbas e o início da discussão da cooperativa de garimpeiros de Gentio do Ouro.

Os conflitos pelo “bode solto” avançavam, também, para as comunidades de Cupins e Curimatá, no município de Buritirama, que buscava como referência a experiência de luta das comunidades tradicionais de Fundo de Pasto de Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos, e se articulavam entre si em algumas ações a nível estadual. Neste sentido, na condição de membro da CPT, passamos a dar apoio à luta das comunidades tradicionais de Buritirama, continuidade do apoio à luta pela regularização fundiária, iniciada pelas comunidades tradicionais de Fundo de Pasto de Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos.

É importante ressaltar que as ações da Pastoral da Terra eram realizadas em parceria com a FUNDIFRAN, *in loco*, no acompanhamento dos conflitos e nas denúncias das violências contra os posseiros e sem terra a mando dos grileiros. D. Itamar assumiu com muita coragem e determinação a luta dos posseiros pela Posse da Terra, e denunciou, por muitas vezes, nas homilias, na arquidiocese em Salvador e nos jornais da capital.

ESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DOS FUNDOS DE PASTOS

A partir do final dos anos 1990, período em que já fazia parte da equipe técnica da FUNDIFRAN, a partir de 04 de dezembro de 1995, as ações demandadas pelas comunidades tradicionais do Fundo de Pasto de Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos tinham como perspectiva o melhoramento da produção de caprinos, o acesso a mercados, com foco na geração de renda familiar. A partir do momento em que fui admitido na equipe técnica, além de outras atribuições na entidade, fui designado a dar assessoria às comunidades e se percebia que o sentimento das famílias camponesas era de avançar na melhoria genética do rebanho de caprino e na oferta desses animais com maior regularidade para os compradores, de forma que fossem mantidas as características do “Bode da Caatinga” e do seu “Modo de Vida”. Até então, eram os “atravessadores” que compravam e vendiam animais para outros Estados.

Plano de Viabilidade Econômica do Fundo de Pasto

Neste período, foi demandada pela CENTRAL, organização ainda informal, assessoria técnica da parte da FUNDIFRAN, na elaboração de um “Plano de Viabilidade Econômico - Fundos de Pasto”. O Plano foi elaborado em parceria com a Cooperativa de Profissionais em Assessoria e Consultoria Técnica (ASCONTEC),

sob a coordenação da FUNDIFRAN, o qual foi entregue em 10 de setembro de 1999, prevendo os seguintes resultados: a) ampliação da capacidade dos produtores com novas tecnologias adaptáveis e economicamente viáveis; b) ampliação de investimentos financeiros, garantindo a quantidade e a qualidade do rebanho de caprinos/ovinos; c) redução do êxodo rural, proporcionando o retorno de várias famílias que migraram para os grandes centros urbanos; d) aumento da renda familiar (PVE – Fundos de Pasto).

O estudo de viabilidade econômica foi feito com a participação das Associações de Fundos de Pasto: Boa Sorte, Várzea Alegre, Várzea Grande, Várzea D'anta, Várzea da Pedra II, Saco de Pedra II, Fazenda Pé do Morro e Cangalha, localizadas no Município de Oliveira dos Brejinhos; e Jatobá, no município de Brotas de Macaúbas. Do universo de 456 famílias, foram pesquisadas 300 famílias das comunidades relacionadas, que corresponde a 65,79% do total. O PVE, tendo como base as receitas financeiras geradas pela criação da caprinocultura, as vendas de matrizes, machos para abate, machos para reprodução, descarte de matrizes, venda de queijos e de esterco de caprinos, mostra que a atividade no sistema de Fundos de Pastos desta região do Território Velho Chico é economicamente rentável. Entretanto, os agricultores e agricultoras tinham como desafio desenvolver o rebanho de animais através do melhoramento genético, melhorar a precocidade no descarte de animais e a regularidade na entrega de animais, com qualidade da carcaça, e ainda manter as características dos animais do Fundo de Pasto. Um grande desafio para a produção e produtividade do rebanho de caprino e ovino.

É importante ressaltar que o PVE traz dados importantíssimos da realidade local: a tradição centenária das famílias na prática de criação de caprinos e ovinos; ecossistema, com variadas espécies vegetais nativas, adequado ao sistema alimentar do caprino; área de Fundos de Pastos com extensão de pastagens nativas coletivas; raças nativas e exóticas disponíveis nas comunidades; rebanho inicial e projetado de animais; grau de instrução da população; preços negociados do kg vivo de animal na época; e migração das pessoas para os grandes centros urbanos em busca de trabalho. O PVE define também as metas a curto e médio prazo e uma proposta técnica com estrutura de receitas, custos e estabilização do rebanho e da renda das famílias, a partir dos ganhos financeiros da venda de produtos *in natura* e produtos processados resultantes da atividade econômica da caprinovinocultura.

Município	Fundo de Pasto	Área (hec)	Tít. Ind.
Brotas de Macaúbas	Associação Agropecuária de Jatobá	1.510,00	73
Oliveira dos Brejinhos	Associação Comunitária Agropastoril Boa Sorte	988,00	24
	Associação Comunitária Agropastoril Pé do Morro	1.814,94	33
	Associação Comunitária Saco de Pedra II	314,34	42
	Associação Comunitária Agropastoril Sete Tiros I e II	112,37	29
	Associação Comunitária Agropastoril Várzea Alegre	2.500,00	20
	Associação Comunitária Agropastoril Várzea Dantas	1.000,67	56
	Associação Comunitária Agropastoril Várzea Grande	2.390,82	54
	Associação Comunitária Agropastoril Várzea da Pedra II	854,58	38
Total	09 Fundos de Pasto	13.983,75	369

Fonte: CDA, 2010. Atualização: Dermeval Gervásio

Formalização da Central de Associações do Fundo de Pasto

Em 1999, a discussão sobre a formalização da Central de Associações de Fundos de Pasto passou a ser mais frequente, na busca de uma organização que pudesse representar o conjunto das associações existentes, como as da luta pelo “bode solto”, formadas a partir das comissões representativas de cada associação, que participavam do debate da formalização da Central, que até o momento era uma organização informal. As associações se reuniam para discutir a constituição na forma de uma organização que pudesse ter a representação política da luta cotidiana por políticas públicas voltadas para o modo de vida destas comunidades, principalmente a titulação, a melhoria das condições de vida na área de saúde, educação, moradia e que pudesse viabilizar o desenvolvimento econômico e social das famílias camponesas.

A Central de Fundo de Pasto (CEAPRI) foi constituída em 25 de novembro de 1999, composta inicialmente por nove associações da região de Fundos de Pasto dos municípios de Oliveira dos Brejinhos e de Brotas de Macaúbas, criada na perspectiva de consolidar o sistema de produção da caprinocultura da região. Participaram da formalização da Central: Jatobá, Boa Sorte, Várzea Alegre, Várzea D'nta, Várzea da Pedra II, Saco de Pedra II, Várzea Grande, Fazenda Pé do Morro Panasco e Fazenda Ferrari. O primeiro presidente da Central foi o Sr. Eduardo Martins Ferreira. Objetivos principais da Central: organizar a produção e a comercialização da caprinocultura e ovinocultura da região, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das famílias dos produtores; fortalecer a organização das

Associações em vista da conservação do Sistema de Fundo de Pasto e do Meio Ambiente. Foi um debate coletivo que acabou decidindo a formação da Central como um espaço coletivo de representação política destas comunidades no sentido de buscar políticas públicas apropriadas para o sistema de “Fundos de Pastos”.

Os objetivos definidos da CEAPRI são: a) organizar a produção e a comercialização da caprinocultura e ovinocultura da região, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das famílias dos produtores; b) Fortalecer a organização das Associações em vista da conservação do Sistema de Fundo de Pasto e do Meio Ambiente. A direção atual da CEAPRI está sob a coordenação de Anézia de Jesus de Oliveira Vieira Praxedes, da comunidade de Ferrari.

A CEAPRI incorporou-se à “Central Estadual de Fundos e Fechos de Pasto”, juntando-se com as associações da região de Juazeiro, Canudos, Senhor do Bonfim, onde juntas buscam a consolidação da luta estadual pela regularização fundiária e de políticas específicas para as comunidades de Fundo de Pasto da Bahia. Neste sentido, entre 2002 e 2010, houve um avanço no debate estadual, através da realização de vários seminários regionais e estaduais, nos quais as lideranças procuravam se organizar de forma que pudessem pressionar o Estado da Bahia para a conclusão do processo de regularização fundiária. Neste período a FUNDIFRAN mantinha ainda a sua assessoria nos eventos regionais e estaduais, contribuindo no processo de unificação da luta destas comunidades. Em 2003, a Articulação Estadual de Fundos e Fechos de Pastos Baianos construiu coletivamente o documento intitulado “O Fundo de Pasto que Queremos”, com diretrizes para uma política fundiária, agrícola, ambiental, hídrica, cultural e social para os Fundos de Pastos do Estado da Bahia. Este documento passou a ser um grande instrumento de unificação das lutas de 90 comunidades tradicionais dos Fundos de Pastos de 15 municípios da Bahia.

Em julho de 2004 foi realizado o “II Seminário Estadual dos Fundos de Pastos”, com o objetivo de promover o intercâmbio de experiências no tocante ao Crédito e Assistência Técnica nas comunidades tradicionais, envolvendo representações de outras comunidades do norte do Estado, da UFBA, FETRAF, ECOSOL, ASCONTEC, FUNDIFRAN, MPA e CEAPRI, para discutir sobre as políticas públicas implementadas através da política nacional dos “Territórios Rurais” por meio do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT).

No mesmo ano, no mês de novembro, foi realizado o “V Encontro Regional de Caprinocultura: Desafios e Perspectivas de Sustentabilidade”, evento que teve como objetivo trocar experiências a respeito da convivência com o Semiárido, com a participação da CEAPRI, FUNDIFRAN, CAA, CODEVASF, Prefeitura de Ibotirama, EBDA, CAR, FETAG, ECOSOL, RODA/ASA e INCRA. O destaque foi para a experiência do Sr. Elizeu Pereira de Andrade da comunidade de Gameleira/Gentio do Ouro, sobre manejo de caprinos a partir dos recursos naturais da propriedade. Foi neste seminário que ocorreu a assinatura do primeiro convênio entre FUNDIFRAN e CODEVASF voltado para o fortalecimento da Agricultura Familiar.

Em junho de 2005 aconteceu outro importante evento, o “Seminário das Áreas de Fundos de Pasto”, promovido pela CEAPRI, com parceria da FUNDIFRAN e do CAA, com o objetivo de discutir:

1. *Agregação de valor aos produtos dos Fundos de Pastos e acesso a mercados.* Demandava-se a construção de um abatedouro através do apoio do Território Velho Chico/MDA, Assistência Técnica pela FUNDIFRAN/SAF/MDA e da gestão dos empreendimentos produtivos dos Fundos de Pastos. Dentro desse ponto, se debateu também a questão das tecnologias de convivência com o Semiárido, a agregação de valor aos produtos dos Fundos de Pastos numa visão de economia e mercado solidário, através de produtos de qualidade, limpos, sem veneno; a ampliação das iniciativas existentes nos Fundos de Pastos: beneficiamento de frutas; Apicultura, beneficiamento de leite de cabra, artesanato e Feira do Bode.

O projeto “Abatedouro de Caprinos” chegou a ter o financiamento do PRONAT/MDA, foi contratado pela CODEVASF e iniciada a obra numa área doada pelo INCRA/Associação da Fazenda Ferrari. No entanto, por questão operacional da empresa contratada, a obra foi interrompida. A partir daí, a CEAPRI passou a discutir a estruturação do espaço da Feira do Bode, assunto detalhado adiante.

2. *Inclusão dos Fundos de Pastos no PNRA.* Diante do processo de desapropriação da fazenda “Ferrari”, detalhado adiante, a questão da inclusão dos Fundos de Pastos ao Programa Nacional de Reforma Agrária tornou-se algo concreto, de modo que as discussões se tornavam frequentes. Cada comunidade apresentou a sua situação diante do processo, que focava nas seguintes ações do INCRA: cadastro das famílias, infraestruturas sociais, crédito e assistência técnica. Do ponto de vista das comunidades, a questão fundiária no Fundo de Pasto deve ser mantida em conformidade com a política do Estado da Bahia. A pauta de negociação com o INCRA e a CDA foi construída coletivamente focando nas seguintes questões: INCRA - Conclusão dos cadastros das famílias, Assessoria Técnica e Ambiental (ATES), acesso aos créditos: Fomento, Habitação, Apoio e PRONAF. A CDA - Concluir Regularização Fundiária dos Fundos de Pastos.

Ainda em 2005 a FUNDIFRAN em parceria com a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) apoiou o projeto de pesquisa “Resistir na Terra: As Comunidades Tradicionais de Fundos de Pasto na região do Médio São Francisco”, do grupo de pesquisa GeograFAR/UFBA, sob a coordenação da professora Giomar Inez Germani, em parceria com o *Natural Resources Institute* e a University of Greenwich, Reino Unido. O resultado desta pesquisa foi a publicação do artigo “Acesso à terra e o desenvolvimento territorial no médio São Francisco – Bahia” em fevereiro de 2007 (Germani; Olalde; Oliveira, 2007). Outro importante resultado da pesquisa foi a publicação da tese de doutorado de Cirlene Jeane Santos e Santos, integrante do grupo GeograFAR e estudante da Universidade de São Paulo (USP), em 2010, intitulada “Fundo de Pasto. Tecitura da resistência, rupturas e permanências no tempo-espaço desse Modo de Vida Camponês”.

Caso Fazenda “Ferrari”: Reforma Agrária no Fundo de Pasto

A Fazenda Ferrari está localizada entre as áreas de Fundos de Pasto da comunidade de Boa Sorte e Fazenda Pé do Morro, na margem direita da BR 242, km 489. Área de 1.407 hectares tendo o seu primeiro registro feito em 30/06/1965, no cartório da Comarca de Oliveira dos Brejinhos/BA, a partir do espólio do Sr. Francisco Ferreira da Costa. Segundo a Certidão da Cadeia Sucessória e Negativa de ônus, expedida em maio de 1997, a fazenda Ferrari pertencia ao Banco Econômico S/A, instituição financeira com sede em Salvador.

Neste mesmo ano, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Oliveira dos Brejinhos tomou conhecimento, através do Departamento Rural da Central Unica dos Trabalhadores (CUT-Salvador), que o Banco Econômico tinha vendido a Fazenda Ferrari para o INCRA, para o programa de Reforma Agrária. A partir desta informação, a Central buscou se reunir e mobilizar filhos e filhas dos camponeses do Fundo de Pasto para ocupar imediatamente a fazenda, sob pena de perdê-la para outros Sem Terra da região. Era a oportunidade de agregar mais uma área ao sistema de Fundo de Pasto, com um grande diferencial: as famílias assentadas teriam o crédito Fomento, Habitação e Crédito para investimentos, além de infraestrutura hídrica e elétrica. Inicialmente foram cadastradas 24 famílias no INCRA. No entanto, no dia 09 de junho de 1998, foi realizada uma assembleia extraordinária na Fazenda Ferrari, com a participação do Sr. Benedito João de Sá do INCRA, Sra. Alice de Almeida, presidenta do STR, representante da Prefeitura Municipal, da Paróquia, a minha pessoa e o técnico Damásio da Anunciação pela FUNDIFRAN, a Comissão dos Assentados e as famílias candidatas a possuir um pedaço de terra. A fazenda Ferrari foi legitimada com base no Decreto de desapropriação de 24 de outubro de 1997, assinado pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (FHC), a favor de 17 famílias: Alice Almeida da Silva, Antônio Barbosa de Oliveira, Cezário Alves de Oliveira, Cleunice

Senhorina de Almeida, Edinalva Pereira Xisto, Elenice Rosa Ferreira, Joaquim Ferreira da Silva, José Alves de Souza, Júlio Ferreira Gomes, Manoel Antônio da Silva, Maria da Paixão Almeida, Neide de Jesus Nogueira, Nelson Ferreira de Oliveira, Nicanor Ferreira de Oliveira, Oldemar Rosa de Araújo, Valdemar Santos de Oliveira e Vangivaldo Alves de Souza.

A Associação Comunitária dos Assentados da Fazenda Ferrari foi constituída no dia 23 de junho de 1998 e faz parte da CEAPRI.

A fazenda é trabalhada em regime familiar, mantendo o sistema “Fundos de Pasto”, tendo como atividade principal a Caprinovinocultura. As áreas familiares são trabalhadas no formato de “Quintais Produtivos”, com pequenas estruturas de água captada das chuvas para a produção e para o consumo, através de cisternas de consumo (16 mil litros) e cisternas de produção (53 mil litros). O Assentamento dispõe de algumas estruturas coletivas: poço tubular com distribuição doméstica, Escola municipal, energia e estradas.

Neste contexto, os Fundos de Pasto ampliaram-se com a integração da Fazenda Ferrari, e a CEAPRI abre uma nova discussão, juntamente com a assessoria da FUNDIFRAN, de buscar junto ao INCRA a inclusão das Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Processo fundiário inédito do Estado que avançou ao ponto de o INCRA reconhecer e cadastrar as famílias que detinham o título individual da terra e incluí-las no programa. E no dia 16 de março de 2010, houve uma reunião em Várzea Alegre com a presença dos membros da CEAPRI, da FUNDIFRAN, da equipe do ATER/CETA/INCRA, e do Sr. Sérgio Resende, coordenador da Divisão de Desenvolvimento do INCRA/Salvador, para tratar do processo de inclusão das comunidades no programa Reforma Agrária, onde foi discutido o processo de reconhecimento e inclusão das áreas de Fundo de Pasto para acessar os benefícios do programa. Neste caso, a questão agrária não entrava na pauta por está já resolvida. O que interessava às famílias camponesas era, por sua vez, o acesso ao crédito instalação (fomento e habitação), crédito semiárido e o PRONAF A para investimentos agropecuários. Até 2021, as famílias que detém o título da terra foram beneficiadas com o Crédito fomento do INCRA no valor de R\$ 5 mil reais para investimentos na propriedade familiar.

Sistema de Crédito de Economia Solidária

O processo organizativo das Comunidades Tradicionais de Fundos de Pasto avançou para a criação da Cooperativa de Crédito Rural de Economia Solidária (ECOSOL) de Oliveira dos Brejinhos, formalizada com a participação efetiva dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Brotas de Macaúbas, Oliveira dos Brejinhos e Macaúbas, através de uma parceria com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS).

Sua Assembleia de Constituição foi realizada no dia 20 de março de 2002, com 108 agricultores sócios fundadores agricultores familiares dos municípios de Brotas de Macaúbas, Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos, com abrangência regional, incorporando os municípios: Boquira, Brotas de Macaúbas, Ibotirama, Ipujiara, Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos. Sua missão é a promoção da melhoria da qualidade de vida no meio rural, tendo em vista o desenvolvimento local sustentável, a autogestão democrática, a defesa do meio ambiente e a geração de trabalho e renda.

A mobilização inicial para a criação da ECOSOL foi a partir de Nilza Francisca Vieira da Comunidade de Várzea Grande, articulada com os STR's, criaram a comissão de agricultores e agricultoras para participar do curso de Incubação das Cooperativas de Créditos, em Senhor do Bonfim, promovido pela ADS. Primeira diretoria eleita: Alcisso Antônio de Oliveira – diretor presidente (Oliveira dos Brejinhos); Osvaldo Ribeiro de Souza – diretor tesoureiro (Brotas de Macaúbas); e Helena Pereira Barbosa do Nascimento – diretora operacional (Macaúbas).

A partir de 2014, a ECOSOL passou a integrar o Sistema de Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), que surgiu para oferecer, além de serviços financeiros, crédito, desenvolvimento, inclusão social e financeira com sustentabilidade institucional aos seus associados. O Sistema CRESOL foi concebido pelas organizações da Agricultura Familiar, tem sede na cidade Chapecó/SC, com o objetivo de promover o acesso ao sistema de microfinanças para fomentar a produção, principalmente às pessoas excluídas do sistema financeiro.

A Cooperativa de Crédito tem sua sede em Oliveira dos Brejinhos, possui 2.300 sócios e abrange dez municípios: Oliveira dos Brejinhos, Brotas de Macaúbas, Macaúbas, Ipujiara, Ibotirama, Botuporã, Paratinga, Morpará, Ibipitanga e Boquira. A CRESOL Oliveira tem como diretora presidente a Sra. Jani Conceição de Oliveira, liderança da Comunidade de Várzea Alegre (Fundo de Pasto).

É importante destacar que a FUNDIFRAN manteve assessoria sistemática à CEAPRI, ECOSOL e Fazenda Ferrari, através de seus projetos trienais 1998-2001 e 2002-2004, projetos estes com aportes financeiros da Cooperação Internacional. A partir de 2005, os serviços de assessoria técnica às organizações das comunidades tradicionais de Fundo de Pasto foram incorporados ao programa “Territórios da Cidadania”, apoiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ao programa “Arranjos Produtivos Locais”, apoiado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Paranaíba (CODEVASF) e ao projeto “Segurança e Gestão Participativa dos Recursos Hídricos”, apoiado pela PETROBRÁS, conforme detalharemos adiante.

Água: desafio constante para a condição de vida nos Fundos de Pastos

O clima de semiaridez e as condições edáfica dos solos, muito bem frisada no Relatório Técnico da FUNDIFRAN, cristaliza uma condição de vida nesta região com muita dureza devido à falta de água potável para o consumo humano, como também para os animais. As condições de vida nesta região tinham como base os poços tubulares comunitários com alta composição de calcário e alguns barreiros e aguadas, que eram abastecidos pelas chuvas, raramente. Neste sentido, o sofrimento das pessoas e dos animais tornava-se uma luta cotidiana, junto ao poder público municipal e estadual, nessa busca incansável por água. É justamente neste conflito, com muita articulação, que as associações conseguiram participar do programa “Um milhão de Cisternas” (P1MC), coordenado pela Articulação do Semiárido (ASA Brasil). O programa prevê a construção de cisternas para o consumo humano e produtivo, através de tecnologias sociais de captação da água das chuvas, em todo o Nordeste brasileiro.

É importante destacar que a implementação das tecnologias sociais nas comunidades tradicionais de Fundo de Pasto surgiu a partir de um pequeno grupo de mulheres da Várzea Grande, em 2001, quando demandou ao Centro de Assessoria do Assuruá (CAA) apoio à estruturação do grupo produtivo de mulheres que tinha como objetivo o beneficiamento das frutas nativas. Participaram de curso em Juazeiro pelo IRPAA, buscaram apoio em equipamentos na SUAF/Governo do Estado e venderam R\$22.000,00 de produtos beneficiados para o PAA/CONAB, com doação simultânea para a escola municipal da comunidade. O grupo ampliou-se para nove mulheres, com o desafio de conseguir água para a produção familiar. Conseguiram 14 cisternas de produção de 53 mil litros pelo programa “Água é Vida” da Diocese de Barra, executado pelo CAA, ampliando-se com mais dez cisternas de produção a partir do apoio da CESE.

A partir das cisternas, estruturaram os “Quintais Produtivos” para a produção de hortaliças e frutas, voltado para a complementação da renda familiar a partir da base produtiva familiar e do extrativismo da Caatinga. O grupo de Mulheres de Várzea Grande foi referência para outros grupos de mulheres da região.

A partir desta iniciativa das mulheres de Várzea Grande, a CEAPRI conseguiu avançar na luta pela água para as comunidades, participando do programa “Um Milhão de Cisternas” (P1MC) pela Articulação do Semiárido (ASA), dos programas do Governo Wagner “Mais Água” e “Água para Todos”, ampliando as tecnologias sociais para captação de água de chuva para o consumo humano e para a produção, e finalmente atendendo cerca de 90% das famílias camponesas do Fundo de Pasto.

A FUNDIFRAN, como tantas outras Organizações da Sociedade civil (OSC) do Estado da Bahia, compõe a ASA Estadual e Nacional e juntas com outras instituições contribuiu para a implementação de Tecnologias Sociais de Captação da Água da Chuva, a partir do programa “Um Milhão de Cisternas” (P1MC), tanto para o consumo humano, como para a produção familiar. A partir do projeto “Segurança e Gestão Participativa dos Recursos Hídricos”, financiado pela PETROBRÁS, foram executadas no Fundo de Pasto, na comunidade de Várzea D'anta, as seguintes ações: 12 cisternas de captação de água de chuvas para o consumo, de 16 mil litros; 1 barragem subterrânea; 1 horta e 1 viveiro comunitário, com o objetivo de garantir o acesso à água e segurança dos recursos hídricos para abastecimento humano, animal e produtivo, bem como reflorestar a Caatinga com plantas nativas. O projeto foi aprovado no edital 2204, “Programa PETROBRÁS/FOME ZERO”, e contribuiu com 180 famílias do Semiárido na região do Médio São Francisco.

O FUNDO DE PASTO, MERCADO JUSTO E A GERAÇÃO DE RENDA

Um novo desafio tornou-se evidente na sobrevivência das famílias camponesas nas áreas de Fundos de Pastos: produzir o caprino precocemente, com qualidade, rusticidade e regularidade, para atender ao mercado. Para superar este novo desafio, as Comunidades buscam realizar Feiras focadas nos produtos da Caprinocultura, Assessoria Técnica e Extensão Rural e captar recursos públicos do Governo do Estado da Bahia para estruturar os seus espaços de comercialização, estabelecer contratos com Frigoríficos da Agricultura Familiar e participar de alianças produtivas comerciais. Desta forma, para os primeiros cinco anos, o foco da Central de Associações (CEAPRI) foi a produtividade através dos Núcleos de Acabamento de Cabritos, a agregação de valor à produção e a comercialização dos seus derivados para o mercado convencional e outros nichos de mercados.

Feira do Bode. Valorizando a Agricultura Familiar e a Economia Solidária

Um dos grandes desafios das famílias camponesas é ainda comercializar o caprino com o preço justo. Preocupados com esta questão, a associação local, o grupo de Mulheres e a CEAPRI tomaram a iniciativa de realizar o primeiro “Leilão de Bode” no dia 10 de janeiro de 2002, na comunidade de Várzea Grande, no Fundo de Pasto. A escolha do mês foi devido ao número de pessoas das comunidades vindas do Estado de São Paulo para passear na região. Como o resultado foi positivo, a CEAPRI, juntamente com o STR e FUNDIFRAN, entendeu que esta experiência teria que se repetir em outro espaço mais visível, de fácil acesso e no período de maior dificuldade para se manter o “bode gordo”, isto é, no início do segundo semestre do ano. Desta forma, estava lançado o desafio para o camponês e a camponesa exporem animais com um padrão mais adequado ao comércio regional.

A “Feira do Bode” passou a ser um evento anual, inicialmente realizado na Comunidade de Várzea Alegre, no km 486 da BR 242, com programação cultural e pontos de vendas dos mais variados produtos oriundos da Agricultura Familiar dos municípios circunvizinhos de Oliveira dos Brejinhos. A Feira do Bode é realizada no final de julho e início de agosto, com participação de vários grupos de mulheres, agricultores, criadores, jovens e visitantes, com uma visita de 3 mil pessoas, num só dia, com um espaço de comercialização de animais (caprinos, ovinos e suínos), de vários produtos da Agricultura Familiar, como os derivados de frutas nativas, mandioca, diversos tipos de artesanatos, além do desenvolvimento de oficinas temáticas e atrações culturais.

A feira já é um evento consolidado e faz parte do calendário do Território Velho Chico, buscando fortalecer a agricultura familiar e integrar atores do campo, promovendo a troca de experiências entre agricultores, técnicos e visitantes de diversas partes do Estado. Com o objetivo de aumentar a competitividade da caprinovinocultura no município, a feira proporciona a comercialização dos produtos e derivados gerados pelos produtores locais e busca a melhoria da qualidade dos rebanhos caprinos e ovinos dos agricultores.

Nas primeiras edições da Feira do Bode, a CEAPRI contou com a parceria dos Sindicatos da Agricultura Familiar de Brotas de Macaúbas e de Oliveira dos Brejinhos (SINTRAF's), da Cooperativa de Crédito Solidário (ECOSOL/CRESOL), FETRAF, CAA, CESE, UNISOL, BNB, SEBRAE, ASCONTEC e FUNDIFRAN. Com o tempo, a CEAPRI conseguiu apoio da Prefeitura Municipal de Oliveira dos Brejinhos, do Governo do Estado através da CAR, da SUAF e SEPROMI, e tantos outros.

Uma das grandes conquistas da CEAPRI foi a aquisição de uma área de 4 hectares do Fundo de Pasto, por meio de doação da Associação de Várzea Alegre. A área está localizada à margem da BR 242, km 485, entre Várzea Alegre e Queimada Nova, com estruturas de baias, balanças, cozinha, salão, amplo estacionamento, estrutura de palco, banheiros, restaurante e cozinha, oriundos de investimento da CAR/SDR/Governo do Estado da Bahia, com contrapartida da CEAPRI. A 12ª edição da Feira (2015) já ocorreu no novo espaço, conforme convite a seguir:

A última edição presencial foi a realização da 16ª Feira do Bode, entre os dias 31/07 e 01/08/2019, antes da Pandemia do Coronavírus.

Desde a sua 2ª edição, a Feira do Bode foi incluída nos projetos da FUNDIFRAN que financiaram o programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar Camponesa. Bem como nos convênios celebrados com a CODEVASF e com os Contratos de Repasses celebrados com a CAIXA/Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Em 2006, a CODEVASF/MI estava sob a gestão de Jonas Paulo de Oliveira Neres, superintendente que, por sua vez, buscou priorizar a Agricultura Familiar através do programa “Arranjos Produtivos Locais” (APL). A CEAPRI demandou a ampliação do plantel de caprinos nas comunidades de Fundo de Pasto. Foi elaborado um projeto e a FUNDIFRAN conveniou com a CODEVASF o valor de R\$ 100 mil reais, o qual financiou a compra de 750 matrizes de caprinos, aporte à Feira do Bode e algumas capacitações técnicas para os agricultores e agricultoras. O objetivo foi o de ampliar o rebanho, na perspectiva da construção de um abatedouro local de animais.

Outra dificuldade da CEAPRI foi a logística de transporte de animais para a Feira do Bode, para a entrega de animais fora da região e para o transporte de insumos para a atividade da caprinovinocultura. Em 2007, foi demandado ao Colegiado do Território Velho Chico a aprovação de um projeto para a aquisição de um caminhão médio carga seca e grade, para o transporte de animais. O projeto foi financiado pelo PRONAT/MDA no valor de R\$ 113 mil reais através do convênio foi estabelecido entre a FUNDIFRAN e CODEVASF/MDA. Em 2019, foi realizada a doação definitiva do caminhão para a CEAPRI, que tem sido de grande utilidade para o transporte de animais para fora da região.

Atualmente, a CEAPRI comercializa os caprinos e ovinos das comunidades tradicionais dos Fundos de Pastos para o Frigorífico de Caprinos de Pintadas, Bahia, superando deste modo, a interferência permanente e considerável de atravessadores, que por sua vez não praticam preços justos, deixando os Agricultores em condição negativa de negociação e dependência dos mesmos. O restaurante funciona diariamente, comercializando “bode assado” e outros produtos da região diretamente para os consumidores, caminhoneiros e turistas que circulam pela rodovia federal BR 242.

Assistência Técnica aos Agricultores e Agricultoras Camponesas do Fundo de Pasto

A partir do Plano de Viabilidade Econômica, um dos resultados almejados pelos agricultores e agricultoras era a *geração de renda e a ampliação das capacidades por meio de novas tecnologias adaptáveis* ao modo de vida do Fundo de Pasto. Em 2008/2009, pela primeira vez, os agricultores e agricultoras passaram a ter uma assessoria técnica contínua, em cada unidade produtiva, possibilitando-os a melhorar o seu rebanho no tocante à nutrição animal e à sanidade animal, utilizando os recursos disponíveis nas propriedades, trabalhando a produção do bode com as características verdadeiramente da Caatinga. As ações de ATER foram executadas nas comunidades de Boa Sorte, Fazenda Ferrari, Várzea Alegre, São de Pedra II, Várzea Grande, Várzea D'nta, Pé do Morro, Várzea da Pedra II e Jatobá.

O serviço de acompanhamento e capacitação sistemática das 125 famílias dos Fundos de Pasto foi realizado por dois técnicos em Agropecuária e um veterinário, lotados na Cooperativa de Profissionais em Assessoria e Consultoria Técnica (ASCONTEC), organização contratada pela Entidade. O convênio entre a FUNDIFRAN e a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do MDA foi oriundo de uma Chamada Pública para projetos publicada em 2005, no valor de R\$ 186 mil reais, com duração de 12 meses e teve como objetivos: a) consolidar um plano de ATER, de forma participativa e articulada com as experiências existentes na região; b) acompanhar os agricultores e agricultoras em suas Unidades de Produção, por meio de visitas técnicas, assessorando-os em todos os processos produtivos, de forma que se assegurem a produção, produtividade e regularidade, necessárias ao abastecimento do frigorífico; c) contribuir para o desenvolvimento das capacidades dos agricultores e agricultoras nos processos de produção, de gestão das Unidades Produtivas e das suas organizações, de modo que se tornem empreendedores capazes de desenvolverem o comércio justo; d) promover o intercâmbio entre os agricultores e agricultoras do território de forma que possam se desenvolver no conhecimento técnico-gerencial; e) contribuir na divulgação dos produtos da caprinocultura no sentido de sensibilizar o comércio regional a valorizar os produtos da Agricultura Familiar; g) monitorar e sistematizar as experiências de êxitos na região, de modo que se possa motivar outras comunidades a valorizar melhor os seus produtos agropecuários.

O projeto foi finalizado e avaliado positivamente, com vários indicativos de resultados quantitativos e qualitativos, tendo sido sistematizados pela equipe quatro documentos técnicos que foram disponibilizados para todas as associações integradas à CEAPRI: 1. Sanidade Animal; 2. Hortas Orgânicas; 3. Manejo Alimentar; 4. Plano de ATER. As cartilhas (1, 2 e 3) são orientações técnicas sistematizadas por meio das práticas efetuadas a partir dos recursos das propriedades, durante a execução do projeto. Já o Plano de ATER tem como objetivo estabelecer as diretrizes que possam contribuir para o desenvolvimento da política de Assessoria Técnica oferecidas aos Agricultores e agricultoras Familiares das Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto, visando o fortalecimento da Cadeia Produtiva da Caprinocultura.

Quando da visita do técnico do MDA, fiscal do contrato, após 10 anos da execução do projeto, tivemos este depoimento: “Antes da FUNDIFRAN nos prestar assistência técnica nasciam 20 cabritos e somente 2 sobreviviam. Este ano nasceram 40 cabritos e todos sobreviveram, graças as orientações técnicas que recebemos” (José Paulino – Várzea D'anta, 2010).

O projeto de ATER nos Fundos de Pastos deu conta de uma série de gargalos no processo produtivo, trazendo à tona dificuldades históricas no manejo reprodutivo, sanitário, alimentar e regularidade de entrega de cabritos prontos para o abate. Ainda assim, ficaram alguns desafios para serem superados futuramente.

Constatou-se que mesmo depois do acompanhamento técnico realizado através do projeto em questão, o calendário de vacinação e vermifugação do rebanho, ainda não acontece a contento, fazendo uso dos vermífugos, a exemplo, apenas no intuito de cura e não de prevenção.

Devido ao uso não orientado por décadas das pastagens nativas (caatinga) dos Fundos de Pasto, as mesmas encontram-se em estágio avançado de degradação, havendo a extrema necessidade de adotar o manejo rotativo dessas áreas, garantindo os períodos de rebrotas e germinação das sementes, que por sua vez irá assegurar a preservação da vegetação encontrada, bem como o aumento da sua diversidade.

Ainda mantém-se o hábito cultural de permanecer com os animais no rebanho, mesmo em idade avançada, não considerando a necessidade dos descartes orientados; haja vista que tal costume é considerado como “moeda de troca” (animais como forma de poupança), mesmo não calculando o prejuízo (financeiro) que esta ação traz para os mesmos, deixando assim de contribuir para a sustentabilidade financeira das unidades produtivas.

Observa-se que não por falta de orientação técnica, mas algumas unidades produtivas não estabeleceram como prioridade a profilaxia das instalações de cunho pecuário de maneira periódica, potencializando, por sua vez, o surgimento e/ou agravamento de incidentes sanitários.

As áreas de Fundos de Pastos além de serem consideradas base de sustentação alimentar para o rebanho caprino das respectivas comunidades, é perceptível o uso das mesmas para garantir também suprimento da necessidade alimentar e nutricional de animais de grande porte (gado), sendo estes responsáveis diretos pelo déficit no suporte forrageiro.

Por ainda não estar consolidado o Plano de Negócios da CEAPRI, há uma interferência permanente e considerável de atravessados, que por sua vez não praticam preços justos, deixando os agricultores e agricultoras em condição negativa de negociação e dependência dos mesmos.

Há a necessidade de implantação de políticas de incentivo à permanência dos jovens no campo, isto percebido pelo relativo número de jovens ligados diretamente aos processos de organização comunitária e produtiva, contribuindo para o fortalecimento da vulnerabilidade do caráter de continuidade nos meios organizacionais dos Fundos de Pasto.

Devido às características socioambientais das referidas comunidades, observa-se o imenso potencial de se trabalhar o manejo agroecológico do rebanho, implementando a rastreabilidade e a sua certificação orgânica.

Fundo de Pasto na Aliança Produtiva Territorial da Caprinocultura

O Projeto “Aliança Produtiva” é uma iniciativa da CAR com aporte financeiro do Banco Mundial que tem como objetivo:

[...] apoio técnico e financeiro, não reembolsável, para Subprojetos Orientados para o Mercado, voltados para a estruturação de Alianças Produtivas Territoriais (APT), cuja base de atendimento seja os associados de uma ou mais Organizações Produtivas da Agricultura Familiar, visando contribuir para a qualificação do processo produtivo, da gestão, regularidade de entrega de produtos e escala de produção, condições essenciais para atendimento e permanência no mercado. (CAR, 2018, p. 10)

Com a publicação do edital 10/2018 – seleção de subprojetos para Alianças Produtivas Territoriais (APT), os territórios Velho Chico e Paramirim foram contemplados com o projeto da Aliança Produtiva da Caprinocultura, graças ao projeto apresentado pela Cooperativa Central de Empreendimentos da Agricultura Familiar do Estado da Bahia (COOPEAF), que foi a organização selecionada para a execução do projeto. A COOPEAF foi constituída em 11 de abril de 2008 e é ligada ao Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Oliveira dos Brejinhos.

Segundo Joeleno, diretor da Cooperativa, o projeto atende a 408 criadores de caprinos nos dois territórios, tem como objetivo principal qualificar a base de produção primária, ou seja, garantir a melhoria da produção de cabritos e cordeiros para se inserir nesse novo mercado de frigorífico. Oferece os serviços de ATER, custeio agropecuário e infraestruturas produtivas para a formação dos núcleos de acabamento dos animais para o abate no padrão exigido pelos frigoríficos. O estágio atual encontra-se no processo de entrega dos equipamentos produtivos às comunidades vinculadas para a estruturação dos núcleos de produção e acabamento do caprino. É importante ressaltar que várias famílias das comunidades de Fundo de Pasto são beneficiárias do projeto Aliança Produtiva da Caprinocultura.

O atual diretor presidente da COOPEAF é o Sr Joeleno Monteiro dos Santos, também diretor de Políticas Agrícolas da FETRAF-BA.

CONCLUSÃO

Os Fundos de Pasto são constituídos como um sistema de produção que utilizam-se da prática do pastoreio coletivo partilhado comunitariamente, tem como valores a Família, a Solidariedade, a Terra e o Trabalho em grandes extensões de terras no interior da Bahia. No caso específico dos Fundos de Pastos de Brotas de Macaúbas e de Oliveira dos Brejinhos, região parte integrante das ações históricas da FUNDIFRAN, “estas comunidades estão ligadas por laços de parentescos estabelecidos a partir do matrimônio e da relação de compadrio” (GERMANI, 2006, p. 137).

No contexto histórico das ações da FUNDIFRAN no apoio à Luta das Comunidades Tradicionais desta região da Bahia, constata-se alguns estágios importantes no processo de afirmação do modo de vida desta população tradicional e da agregação de valor aos seus produtos, na perspectiva da geração de renda e da qualidade de vida das famílias camponesas.

A resistência das famílias em assegurar as áreas comuns para manter o pastoreio extensivo da “criação miúda” foi um estágio fundamental para a garantia da luta permanente pelo seu modo de vida. Esta fase ficou caracterizada como “a luta pelo Bode Solto”, na qual as comissões das comunidades na busca pela delimitação dos “círculos comunitários”, cercaram, em mutirão, o perímetro das comunidades e formalizaram as suas associações comunitárias.

A “regularização fundiária” das áreas comuns e familiares entende-se como o segundo estágio do processo de luta, onde as famílias reconhecem que são “comunidades tradicionais de Fundos de Pasto” e se fortalecem na luta pelo processo de reconhecimento agrário da posse da terra, até então considerados posseiros em terras devolutas do Estado da Bahia. Período de muita mobilização para garantir a medição das terras coletivas (titulação das áreas comuns) e terras de domínio familiar (titulação individual). É importante destacar, que esta luta pela regularização fundiária foi iniciada pelo Estado, mas, não está concluída, pauta incansável da Articulação dos Fundos e Fechos de Pastos da Bahia.

Diante da escassez de água para o consumo humano e dos animais, as tecnologias de “Convivência com o Semiárido” passam a ser prioridade em todos os momentos de luta, por entender que a água é um componente imprescindível para a qualidade de vida da população e da manutenção do sistema produtivo. As comunidades organizadas na Central de Associações avançam na busca de tecnologias sociais de captação de água de chuvas e no melhoramento genético, sanitário e alimentar do rebanho, de forma que fossem mantidas as características do bode da Caatinga.

A partir do ano 2000, as comunidades tradicionais desses Fundos de Pastos perceberam a importância em focar-se na busca por um mercado justo, no melhoramento do rebanho, em manter regularidade no fornecimento de animais para frigoríficos, na perspectiva da produção do “Bode Orgânico da Caatinga”, da geração de renda e da qualidade de vida no Semiárido Baiano.

Por fim, podemos afirmar que a evolução da “Luta das Comunidades de Fundo de Pasto de Brotas de Macaúbas e de Oliveira dos Brejinhos” se consolidou, em todos os níveis, muito acima da expectativa descritas no “documento técnico” da FUNDIFRAN, publicado no início deste volume.

Desta forma, finalizo o meu relato tendo a clareza que vários episódios ficaram ainda por ser relatados desta importante luta, mas ficam registrados neste volume da coleção “FUNDIFRAN 50 Anos” alguns fatos relevantes da luta dos Camponeses e Camponesas do Estado da Bahia.

Dermeval Gervásio de Oliveira, natural de Brotas de Macaúbas/BA, contribuiu pela ECR na organização política, diretor da FUNDIFRAN, formado em Administração com Especialização em Inovação Social com Ênfase em Economia Solidária e Agroecologia.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Ailton Ribeiro. Comunidades de Base na década de 1970: a formação de lideranças na Paróquia de Brotas de Macaúbas, Diocese de Barra (BA). In: BROSE, Markus. **Lideranças para a Democracia Participativa - Experiências a partir da Teologia da Libertação**. Goiânia: Ed da UCG, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto de 24 de outubro de 1997. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado “Fazenda Ferrari”, situado no Município de Oliveira dos Brejinhos, Estado da Bahia, e dá outras providências**. In: Diário Oficial da União. Publicado em: 24 out. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/antior%20a%202000/1997/dnn5987.htm. Acesso em: 3 mar. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.103, de 18 de março de 2005. Denomina “Rodovia Milton Santos” a BR-242, que atravessa a Chapada Diamantina e o oeste baiano**. In: Diário Oficial da União. Publicado em: 21 mar. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11103.htm. Acesso em: 3 mar. 2022.

BROTAS Aqui. **Brotas de luto com a morte de Padre João Cristiano**. In: Brotas Aqui. Publicado em: 4 jun. 2012. Disponível em: <http://brotasaqui.blogspot.com/2012/06/brotas-de-luto-com-morte-de-padre-joao.html>. Acesso em: 23 fev. 2022.

CARVALHO, Franklin Plessmann de. **Fundos de pasto: territorialidade, luta e reconhecimento** / Franklin Plessmann de Carvalho. – 2014.

CAR/SDR/Governo do Estado da Bahia. **Edital Alianças Produtivas Territoriais – 2018**. Publicado em: fev. 2018, Bahia.

CENTRAL de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário. **Projeto de Micro Crédito Cooperativo**. Jul. 2003.

CRESOL Central SC/RS. Sistema Cresol Central: 09 anos de trabalho em prol do cooperativismo de crédito solidário. In: **CRESOL**. Publicado em: 1 nov. 2013. Disponível em: <https://www.cresolcentral.com.br/sistema-cresol-central>. Acesso em: 3 mar. 2022.

FUNDIFRAN. **A luta pela criação do bode solto – Trabalho de Assessoria e Apoio a uma luta popular**. II FONEP (Fórum Nacional de Educação Popular). Goiânia/GO: 24 a 28 jul. 1985 (mimeo).

FUNDIFRAN. **Plano de ATER** – Fundo de Pasto. Set. 1999.

FUNDIFRAN. **O Fundo de Pasto que Queremos**. Articulação Estadual de Fundos de Pastos. Abr. 2003.

FUNDIFRAN. **Relatório do II Seminário Estadual das Áreas de Fundos de Pasto**. Jul. 2004.

FUNDIFRAN. **V Encontro Regional Caprinocultura Regional: Desafios e Perspectivas de Sustentabilidade**. Nov. 2004.

FUNDIFRAN. **Relatório Seminário das Áreas dos Fundos de Pasto**. Jun. 2005.

FUNDIFRAN. **Inclusão dos Fundos de Pastos no Programa Nacional de Reforma Agrária**. Uma Conquista. Muitos desafios. Jul. 2006.

FUNDIFRAN. **Relatório Final**. Projeto de Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Caprinocultura dos Fundos de Pasto. Dez. 2009.

GERMANI, Guiomar Ines; OLALDE, Alicia Ruiz; OLIVEIRA, Gilca Garcia de. Acesso à Terra e o Desenvolvimento Territorial no Médio São Francisco. **Anais do XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. 22 a 25 de julho de 2007, UEL, Londrina/PR, 2007, p. 1-17.

Disponível em:

https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/2007_ola_ide_oliveira_e_germani_0.pdf. Acesso em: 2 fev. 2022.

MATTOS, Paulo Henrique Costa. BR-242 (Transbanel): Progresso ou destruição?. In: **Conexão Tocantins**. Publicado em: 21 jan. 2008. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2008/01/21/br-242-transbanel-progresso-ou-destruicao>. Acesso em: 22 fev. 2022.

SANTOS, Cirlene Jeane Santos e. **Fundo de Pasto Tecitura da Resistência, rupturas e permanências no tempo – espaço desse modo de vida camponês**. 290 fl. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TERRITÓRIO da Cidadania Velho Chico - Bahia. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável – PTDS**. 2015.

Entrevistas:

Joeleno Monteiro dos Santos. Oliveira dos Brejinhos, realizada em 22 de fevereiro de 2022.

Jani Conceição de Oliveira. Oliveira dos Brejinhos, realizada em 02 de março de 2022.

Nilza Francisca Vieira. Várzea Grande, realizada em 22 de fevereiro de 2022.

Anézia de Jesus de Oliveira Vieira Praxedes, Faz. Ferrari, realizada em 08 de março de 2022.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este documento concluímos o **volume 2** da “**Coleção 50 anos da FUNDIFRAN**”. São registros que dão uma noção clara da intervenção da FUNDIFRAN no contexto de luta e resistência das Comunidades Tradicionais de Fundos de Pastos, da região do Médio São Francisco, Bahia. Nele contextualizamos a conjuntura política e econômica da década de 80, final da ditadura militar, avanço da política desenvolvimentista do Estado e, conseqüentemente, o surgimento dos grandes conflitos pela posse da terra, onde a luta e resistência pela Vida se fortaleceu, de modo que surgiu um novo processo de organização de luta e avanço nas condições de vida dessas comunidades tradicionais.

O relatório de pesquisa sistematizado pela FUNDIFRAN e publicado neste documento demonstra a real situação das comunidades tradicionais de Fundo de Pasto trazendo uma série de informações que permitem o conhecimento da realidade e do pertencimento dos camponeses e camponesas na resistência de seu modo de vida local.

Da mesma forma os relatos trouxeram com muita clareza e legitimidade das informações colhidas em depoimentos e vivência das pessoas que convivem com a realidade histórica dessas comunidades, permitindo registros históricos dessa luta, o conhecimento de suas fases, desde o despertar para o “perigo” que rondava às comunidades, como também todo o processo de organização, lutas e avanços até os dias de hoje. Contudo, temos a consciência que tudo que foi registrado neste volume não traduz todos os fatos ocorridos nesta luta, mas traz elementos suficientes para uma análise inicial de luta e resistência das comunidades tradicionais de Fundos de Pastos desta região Semiárida.

A “coleção 50 anos FUNDIFRAN” é uma tentativa de se aproximar, através dos registros históricos, da trajetória da instituição nesta região do País. O próximo volume tratar-se-á das ações voltadas para o **Fortalecimento da Cultura Ribeirinha**, com a publicação do volume 3, documento com a temática: **“Antologia Poética de Cordelistas do Velho Chico”**, organizada por Cléber Eduão, ilustrada e ampliada com um artigo sobre os principais projetos e ações desenvolvidas pela FUNDIFRAN na área da Cultura, no Médio São Francisco nas últimas décadas.



Realização:



Apoio:

